

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARCILENE CORREIA MARINHO  
THAYSA INGRID FERNANDES DA SILVA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES BRASILEIRAS: uma análise do Programa Bolsa  
Pró-graduando na UFAL

Maceió  
2016

MARCILENE CORREIA MARINHO  
THAYSA INGRID FERNANDES DA SILVA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES BRASILEIRAS: uma análise do Programa Bolsa  
Pró-graduando na UFAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Profa.Dra.Josimeire de Omena Leite

Maceió  
2016

MARCILENE CORREIA MARINHO  
THAYSA INGRID FERNANDES DA SILVA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES BRASILEIRAS: uma análise do Programa Bolsa  
Pró-graduando na UFAL

Trabalho de conclusão do curso (TCC) submetido aos  
membros integrantes na Banca Examinadora da Faculdade  
de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Banca Examinadora:

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dr. Josimeire de Omena Leite (Orientadora)

.....  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Islânia Rocha

.....  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Margarete Cavalcante

Maceió  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).**

MARCILENE CORREIA MARINHO

Aluna concluinte

THAYSA INGRID FERNANDES DA SILVA

Aluna concluinte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 30/1/2017

Título:

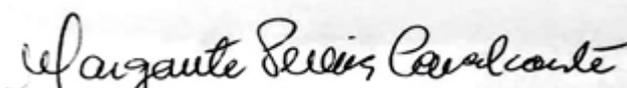
**“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES BRASILEIRAS: uma análise do Programa Bolsa  
Pró-graduando na UFAL**

Conceito: aprovadas

Banca Examinadora:



Professor orientador



Examinador 1

Examinador 2

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

Este trabalho a todos que colaboraram na construção do mesmo, na certeza de que ao longo dessa jornada grandes foram os personagens que contribuíram de maneira significativa para que nossos objetivos fossem almeçados, construindo, assim, os ideais pelos quais lutamos. Somos gratos aos profissionais, professores, mestres, doutores, familiares e amigos pelas experiências e ensinamentos compartilhados e vivenciados ao longo desses anos.

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da existência e aos meus familiares, mãe e filhos pelos momentos em que estive ausente e, acima de tudo, pela força que tive dos mesmos para a realização deste trabalho.

Agradeço também a Thaysa pela parceria e contribuição na construção do nosso TCC, no qual nos empenhamos, de maneira que esse trabalho possa servir de instrumento para futuras produções.

Também não poderia deixar de agradecer imensamente à Prof<sup>a</sup>. Dra. Josimeire de Omena Leite pela dedicação, paciência e orientação no processo de construção do nosso trabalho de conclusão de curso, que foram de suma importância, assim como nossos esforços para que nos tornássemos bacharéis em Serviço Social.

Não posso deixar de citar as minhas amigas de sala, Marciana Gomes, Wanessa Santos e Vitória Régia pela força que me deram nos momentos em que pensei em desistir.

Agradeço aos mestres e doutores: Marcia Iara, Edlene Pimentel, Célia Porto, Margarida, Adriano, Islânia, Norma, Valéria, Wanda, Mara Rejane e a Telma Cristina pela formação de um pensamento crítico que construí ao longo da minha jornada acadêmica.

Por fim, agradeço a todas (os) que contribuíram direta e indiretamente para que eu concluísse mais essa etapa em minha vida, meu muito obrigado!

Marcilene Correia Marinho

## AGRADECIMENTOS

Quero aqui agradecer ao Deus Eterno por ser minha força, meu escudo e confiança nos momentos mais difíceis. Agradeço de uma forma especial à minha família, meu esposo, meus filhos, por serem a razão de eu não desistir de um futuro promissor e uma carreira bem-sucedida. Agradeço também aos meus líderes espirituais, os quais me conduziram num caminho de persistência e luta pelos meus ideais dentro do caminho divino. Agradeço aos meus pais pela força e motivação na minha vida profissional e apoio durante toda esta jornada acadêmica.

Agradeço especialmente à minha colega, Marcilene, pelo empenho e por unirmos forças neste desafio, mesmo em meio às dificuldades do dia-a-dia. Foi muito gratificante crescer em conhecimento neste período de preparação final do nosso trabalho de conclusão de curso.

Sou eternamente grata à nossa orientadora, a Prof<sup>a</sup>. Dra. Josimeire de Omena Leite, por toda a paciência e dedicação em nossa orientação. Com certeza onde passarmos, levaremos o exemplo de profissional que ela é.

Por fim, agradeço a todo o corpo docente da Faculdade de Serviço Social da UFAL, por nos enriquecer com todo conhecimento teórico-metodológico e à Pró-Reitoria Estudantil, pela experiência de estágio, e por me aproximar da atuação da nossa categoria no âmbito acadêmico com relação à assistência estudantil. Acredito que não teríamos despertado para estudar nosso tema se não tivéssemos acompanhado de perto a rotina da Gerência de Assistência Estudantil frente às demandas da nossa Universidade.

À todos, minha gratidão.

Thaysa Ingrid Fernandes da Silva

## RESUMO

Este trabalho, de caráter quantitativo e qualitativo, estuda o Programa Bolsa Pró-Graduando na Universidade Federal de Alagoas. Visa analisar a atual tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando, gerenciado pela Pró-Reitoria Estudantil, na Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental cuja fonte é o material empírico que constitui o *corpus* da pesquisa, especificamente a Constituição Federal de 1988, o Decreto 7.234/2010, a Cartilha do Bolsista - Proest (2010), os Relatórios de Estágio (2012 e 2014), os Relatórios de Gestão da UFAL (2003 à 2015), a Circular 001/2016 – PROEST – UFAL, a Ata do CONSUNI (2015), bem como os dados secundários advindos da pesquisa de Leite (2015) e de Bispo e Santos (2009). O estudo teve como pano de fundo a análise da crise estrutural do capital, o desenvolvimento do ideário neoliberal no Brasil e o Neodesenvolvimentismo na segunda gestão do Governo Lula, situando a Educação Superior e a Assistência Estudantil neste contexto. Revela a trajetória histórica da Assistência Estudantil e sua institucionalização através do PNAES, situando os programas de assistência materializados na UFAL, cuja análise centra-se na tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando no que tange à contrapartida. A trajetória analítica identifica o fim da contrapartida laboral no Programa Pró-graduando na UFAL, em 2016, decorrente da reivindicação e luta histórica do Movimento Estudantil Universitário, cuja demanda foi absorvida pela nova gestão da UFAL, que tem um histórico de militância política e articulação/diálogo com o Movimento Estudantil Universitário.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação Superior; Assistência Estudantil; Programa Bolsa Pró-graduando.

## **ABSTRACT**

This work, of quantitative and qualitative character, studies the Pro-Graduate Grant Program at the Federal University of Alagoas. It aims to analyze the current trend of the Bolsa Pró-Graduando Program, managed by Pró-Reitoria Estudantil, at the Federal University of Alagoas-Ufal. In order to achieve the proposed objective, a bibliographic research and documentary research was used as a methodological procedure, the source of which is the empirical material that constitutes the corpus of the research, specifically the Federal Constitution of 1988, Decree 7.234 / 2010, Proest (2010), the Traineeship Reports (2012 and 2014), the Management Reports of UFAL (2003 to 2015), Circular 001/2016 - PROEST - UFAL, the Minutes of CONSUNI (2015), as well as secondary data Coming from the research of Leite (2015) and Bishop and Santos (2009). The study had as background the analysis of the structural crisis of capital, the development of the neoliberal ideology in Brazil and Neodesenvolvimentismo in the second administration of the Lula Government, placing Higher Education and Student Assistance in this context. It reveals the historical trajectory of Student Assistance and its institutionalization through the PNAES, placing the assistance programs materialized in UFAL, whose analysis focuses on the tendency of the Bolsa Pró-Graduando Program with regard to the counterpart. The analytical trajectory identifies the end of the labor counterpart in the Pró-graduando Program at UFAL, in 2016, due to the historical struggle and struggle of the University Student Movement, whose demand was absorbed by the new management of UFAL, which has a history of political militancy and articulation / Dialogue with the University Student Movement.

Keywords: Neoliberalism; College education; Student Assistance; Pro-Graduate Scholarship Program.

## LISTA DE SIGLAS

**ANDIFES** Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

**BDAI** Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional

**BM** Banco Mundial

**BID** Banco Internacional de Desenvolvimento

**BPG** Bolsa Pró-graduando

**CF** Constituição Federal

**CEPE** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

**CONUNE** Conselho da União Nacional dos Estudantes

**CONSUNI** Conselho Universitário

**DCE** Diretório Central dos Estudantes

**PBP-MEC** Programa Bolsa Permanência - MEC

**FONAPRACE** Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

**FMI** Fundo Monetário Internacional

**FIES** Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

**FHC** Fernando Henrique Cardoso

**IES** Instituição de Ensino Superior

**IFES** Instituição Federal de Ensino Superior

**MORE** Movimento dos Residentes Estudantis

**NAE** Núcleo de Assistência Estudantil

**OMC** Organização Mundial do Comércio

**PAINTER** Programa de Ações Interdisciplinar

**PNAES** Programa Nacional de Assistência Estudantil

**PNE** Plano Nacional de Educação

**PROEST** Pró-Reitoria Estudantil

**PROGRAD** Pró-Reitoria de Graduação

**PROPEP** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

**PROEX** Pró-Reitoria de Extensão

**PROGINST** Pró-Reitoria de Gestão Institucional

**PROGEP** Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho

**PROUNI** Programa Universidade para Todos

**RU** Restaurante Universitário

**RUA** Residência Universitária

**REUNI** Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Extensão das Universidades Federais

**SENCE** Secretária Nacional de Casas de Estudantes

**UFAL** Universidade Federal de Alagoas

**UNE** União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1 O NEOLIBERALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA..</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Crise Estrutural e Reestruturação do Capital nos anos de 1970</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Sobre o Neoliberalismo Ortodoxo</b>	<b>17</b>
1.2.1 O Consenso de Washington e o Receituário Ideal Neoliberal	19
1.2.2 O Consenso de Washington e o Neoliberalismo no Brasil	21
<b>1.3 O Neodesenvolvimentismo como uma “Estratégia Nacional de Desenvolvimento”</b>	<b>26</b>
<b>1.4 A Política de Educação Superior no Contexto do Neoliberalismo Brasileiro</b>	<b>32</b>
<b>2 A TENDÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA ESTUDANTIL DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</b>	<b>36</b>
<b>2.1 Trajetória Histórica da Política de Assistência Estudantil nas IFES Brasileiras a partir da Constituição Federal de 1988</b>	<b>36</b>
<b>2.2 A Luta dos Sujeitos Coletivos (UNE, SENCE, FONAPRACE): por uma política de assistência</b>	<b>40</b>
2.2.1 Movimento Estudantil Universitario	40
<b>2.3 O Programa Nacional Estudantil (PNAES): por uma assistência estudantil equânime nas IFES brasileiras</b>	<b>47</b>
<b>2.4 A Materialização do PNAES na Universidade Federal de Alagoas</b>	<b>51</b>
<b>2.5 A Tendência do Programa Bolsa Pró-graduando na UFAL</b>	<b>55</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>78</b>

## **Introdução**

Este trabalho, de caráter quantitativo e qualitativo, estuda o Programa Bolsa Pró-Graduando na Universidade Federal de Alagoas. Visa analisar a atual tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando, gerenciado pela Pró-Reitoria Estudantil, na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. A motivação para escrever este Trabalho de Conclusão de Curso deu-se pelo fato de, ao estagiarmos na Pró-Reitoria Estudantil, no ano de 2012 e 2014, constatamos o grande número de estudantes de baixa renda que entravam na Universidade e que almejavam concluir o curso com êxito, porém deparavam-se com as dificuldades financeiras e sociais para se manterem na Universidade. Ao nos depararmos com estudos de Leite (2015), que aponta para algumas mudanças nas Instituições Federais de Educação Superior-IFES brasileiras no que se refere às bolsas de permanência, sentimos a necessidade de fazermos uma reflexão teórico-crítica sobre a assistência ao estudante universitário e sobre a atual tendência da Bolsa Pró-Graduando na UFAL.

A relevância desse estudo está em podermos dar visibilidade ao processo de institucionalização da Assistência Estudantil no contexto neoliberal, destacando as lutas dos principais sujeitos coletivos em prol da assistência ao estudante como direito, evidenciando a atual tendência do Programa Bolsa Pró-graduando na Universidade Federal de Alagoas.

Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica discorreremos sobre a Crise estrutural do capital e suas tendências, recorrendo aos estudos de Paniago (2008); Medeiros e Bezerra (2015) e Lima (2007). Em seguida, destacamos o Neoliberalismo Ortodoxo, o Neoliberalismo no Brasil e a Educação Superior neste contexto. Para tal, embasamos a análise nos estudos de Harvey (2007), Anderson (1995), Filgueiras (2006), entre outros. Sobre o neodesenvolvimentismo, recorreremos aos estudos de Pfeifer (2013) e de Leite (2015). Tratamos da Política de Educação Superior no Contexto Neoliberal ancorando nossos estudos em Neves e Fernandes (2002) e Leite (2015). Para resgatar a Trajetória Histórica da Política de Assistência Estudantil, recorreremos aos estudos de Araújo (2003), Leite (2015), Nascimento (2013), entre outros e, finalmente, para discorrermos sobre a luta dos principais sujeitos coletivos pela institucionalização da Assistência Estudantil na IFES brasileiras e sobre a materialização do PNAES na UFAL, recorreremos aos estudos de Leite (2015) e das autoras Bispo e Santos (2009).

No presente estudo também recorreremos à pesquisa documental, utilizando como fonte primária a Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 7.234 de junho de 2010 relativo à

instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, os relatórios de gestão da Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2003 a 2015), a ata do Conselho Universitário CONSUNI (2015), a Circular 001/16, a Cartilha dos Bolsistas (2010) e os relatórios de estágio na Pró-reitoria Estudantil PROEST - UFAL (2012 a 2014). Como fonte secundária, utilizaremos os dados da pesquisa realizada por Bispo e Santos (2009) e Leite (2015).

Este trabalho está sistematizado em duas seções. Na primeira seção discorreremos sobre a crise estrutural do capital nos anos 1970. Resgatamos o desenvolvimento do ideal neoliberal e suas estratégias para a retomada do desenvolvimento econômico nos países periféricos, centrando a análise no consenso original denominado de Consenso de Washington. Tratamos deste cenário no âmbito nacional para entendermos como se formata a Política de Educação Superior no Brasil, no contexto neoliberal. Destacamos o Neodesenvolvimentismo apresentado por ideólogos do social-liberalismo brasileiro como uma “estratégia nacional de desenvolvimento”, bem como suas críticas às estratégias adotadas pelo Consenso de Washington, que afirma que as mesmas não foram eficientes a ponto de alavancar o desenvolvimento econômico nos países periféricos, sem causar o aumento da pobreza e severos danos às políticas sociais.

Na segunda sessão, discorreremos sobre a trajetória da Política de Assistência Estudantil nas IFES brasileiras a partir da Constituição Federal de 1988. Em seguida, destacaremos as lutas dos sujeitos coletivos (União Nacional de estudantes - UNE, Secretária Nacional da Casa de Estudantes - SENCE e Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil - FONAPRACE) para a institucionalização da assistência ao estudante nas IFES brasileiras que se materializou quando o PNAES foi sancionado no Decreto nº 7.234 em julho de 2010.

Abordaremos, a seguir, as lutas do movimento estudantil que reivindicou a democratização do acesso ao ensino superior e a democratização da permanência, exigindo um aumento progressivo de investimento na Educação. Enfatizaremos a institucionalização do PNAES através da Portaria do MEC nº 39 de julho de 2007, sancionado através do Decreto nº 7.234/2010 pelo ministro Fernando Haddad, na segunda gestão do governo Lula. Sublinhamos que essa efetivação se deu devido à luta do movimento estudantil universitário, juntamente com o FONAPRACE, por condições de permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social nas IFES brasileiras. Discorreremos sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES nas IFES, dando ênfase as dez áreas para as quais se destinam seus recursos.

Ainda na segunda sessão, enfatizaremos a materialização do PNAES na Universidade Federal de Alagoas, discorrendo sobre os programas oferecidos pela Pró-reitoria Estudantil. Dentre eles, destacaremos o Programa Bolsa Pró-graduando, criado pela Resolução 38/96 – CEPE em 12.08.1996, que é mantido através dos recursos do PNAES para atender às seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, Inclusão Digital, Cultura, Esporte, Creche, Apoio Pedagógico, Acesso, Participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Este Programa atende seletivamente aos discentes de baixa renda através de editais publicados pela referida Pró-Reitoria Estudantil, objetivando atender as necessidades básicas de manutenção, bem como ampliar as condições de permanência e êxito acadêmico.

Por fim, faremos uma análise do supracitado programa na UFAL, situando inicialmente como se formata historicamente e como se amplia no período de 2003 a 2015, centrando a análise na tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando no que tange à contrapartida. A trajetória analítica identifica o fim da contrapartida laboral no Programa Pró-graduando na UFAL, em 2016, decorrente da reivindicação e luta histórica do Movimento Estudantil Universitário, cuja demanda foi absorvida pela nova gestão da UFAL que têm um histórico de militância política e articulação/diálogo com o Movimento Estudantil Universitário.

## **1.O NEOLIBERALISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Desde o início, o Sistema Capitalista enfrenta diversas crises derivadas de sua própria ordem estrutural. Após a Segunda Guerra Mundial, com as estratégias da Indústria de reverter o processo de Acumulação do Capital, surgiu o sistema de produção taylorista/fordista<sup>1</sup> para recuperar a hegemonia do sistema capitalista e tornar aqueles países, totalmente atingidos pelo impacto da Guerra, produtivo economicamente.

Porém, como o próprio Capital tem como maior objetivo o lucro e nem sempre é possível alcançá-lo, a queda tendencial da taxa de lucro remete para mais crises afetando toda a sociedade, inclusive os trabalhadores. Dentre estas, destaca-se a que ocorreu em meados de 1970, uma crise estrutural, de natureza sistêmica, que determinou um colapso em seu modo de produção vigente, fundado no padrão de acumulação fordista.

Esta crise, segundo Meszáros, trata-se de uma dimensão estrutural do capital na história da humanidade, pois atinge o desenvolvimento do sistema capitalista numa escala global e em toda a força de trabalho, seja de qual for sua qualificação profissional, em relação ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho na forma de terceirização, trabalho temporário, entre outros (MESZAROS *apud* MEDEIROS; BEZERRA, 2015, p. 2)

### **1.1 Crise Estrutural e Reestruturação do Capital nos anos 1970**

A crise de estrutural do capital, em 1970, afetou todas as esferas do modo de produção, caracterizando-se como a mais severa da história da humanidade. Assim, “[...] como resposta

---

<sup>1</sup> O Taylorismo ,denominado organização científica do trabalho na época de seu aparecimento, no início do século XX, é um movimento de racionalização do trabalho baseado na separação cada vez mais nítida entre os responsáveis pela concepção e organização da produção (engenheiros e técnicos) e, de outro lado, seus executores, os operários. O sistema taylorista é eficaz porque racionaliza o trabalho individual, permitindo uma produção em massa, em nível sem igual até então. Porém para que ele funcione efetivamente é preciso existir uma demanda capaz de absorver o aumento da produção – em outras palavras um consumo de massa. O sistema não proporciona essa condição espontaneamente. Faz-se necessária a regulação (L *apud* GOUNET, 1999, p. 59). [...] o compromisso fordista realizava uma correspondência entre crescente produção em massa e crescente consumo em massa. Ele foi recebido em todo o mundo que acabava de sair da guerra como o *American way of life*, um modelo produtivista e “hedonista”, ou seja baseado na busca da felicidade por meio de um número crescente de mercadorias consumidas por todos (L *apud* GOUNET, 1999, p. 61)

à crise estrutural, o sistema incorpora novas formas de acumulação através da produção destrutiva mediante a reestruturação produtiva, impulsionando uma série de antagonismos jamais vista anteriormente”, aumentando, assim, as contradições (MEDEIROS e BEZERRA, 2015, p. 2).

Ancorando seus estudos em Mézaros, Paniago acrescenta:

[...] como vivemos numa sociedade de classes, essas mesmas classes experimentarão os efeitos da crise de forma bastante desigual. Além de se verem comprometidas com sua solução também de pontos de vista de classe diferentes. Enquanto a classe trabalhadora, fundamentalmente, sofre a crise, a classe capitalista se preocupa com a crise e tem a responsabilidade de intervir no curso da crise, pois, de outro modo, não conseguiria manter a reprodução ampliada do capital social global e preservar sua condição de proprietária privada dos meios de produção. Neste sentido, enquanto classe dominante, e diante destas exigências postas pela reprodução social capitalista, a mesma está na dianteira na formulação de políticas saneadoras da crise (PANIAGO, 2008, p.1).

Vê-se, portanto, que o “fantasma da crise”<sup>2</sup> que havia incomodado o sono da burguesia nos anos de 1930, retornou com força na década de 1970, provocando sérias perturbações no sistema produtivo e dramática alteração nas políticas econômicas. Em decorrência, a burguesia buscava mecanismo para superar a crise introduzindo novas técnicas de produção baseadas na intensificação tecnológica e na subordinação dos trabalhadores às máquinas. Inclui-se nesses mecanismos, os crescentes cortes em gastos sociais. Segundo Medeiros e Bezerra,

Tal realidade é cada vez mais evidente com a produção destrutiva do capital, pois enquanto há o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade, milhões de pessoas morrem de fome e caem nas fileiras do exército de reserva. Essa é uma tendência em todos os lugares em que há a regência do capital sobre o trabalho. Petrificando, desse modo, a intensificação da subordinação das necessidades humanas às necessidades de acumulação do capital. Assim, o capital é obrigado a criar mecanismos políticos, ideológicos e culturais de legitimação para uma reprodução contínua dos/as trabalhadores/as, para adaptá-los/as às novas configurações da insegurança, precarização e desemprego, configurando-se, assim, na nova pedagogia da hegemonia (2005, pag. 6).

---

<sup>2</sup> A Crise de 1929, também conhecida como “A Grande Depressão”, foi a maior oscilação econômica que o capitalismo já sofreu em sua história, abalando inclusive os alicerces do liberalismo clássico que o regia. Com efeito, esta crise teve início em meados de 1929, seu epicentro foi nos Estados Unidos, com a escassez do petróleo, ela espalhou-se por todas as economias capitalistas, perdurou por cerca de uma década e teve amplos desdobramentos (sociais, políticos, etc).

Deste modo, ganha forma as inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva com sua gênese histórica no Japão, elaborada pelos engenheiros da Toyota, com seus princípios de gestão da produção e do trabalho vivo, disseminando diversas técnicas de administração flexível do capital.

Segundo Lima (2015), este novo sistema produtivo peculiarizou novas formas de gestão e planejamento para que, não substituindo o taylorismo e o fordismo, o atualiza, diante das necessidades e desafios postos ao capital no início do século XX. A supracitada autora entende que

[...] o atual processo de reestruturação da produção e seus aparelhos privados de hegemonia como um novo estágio do aprofundamento da revolução passiva iniciada quando da constituição do americanismo. Como aquele, o atual estágio resulta das necessidades de reorganizar a hegemonia em face de alguns novos elementos, sob a pressão de novas contra tendências (p. 35).

Ainda sobre o Toyotismo, era primordial um diferencial no processo de produção da mercadoria, para que viabilizasse um processo de qualificação tanto da mesma, quanto daqueles que estavam operando nela. As principais características<sup>3</sup> desse modelo são: automatização, *just-in-time*, trabalho em equipe, administração por estresse, flexibilização da mão-de-obra, gestão participativa, controle de qualidade e subcontratação (LIMA, 2015, p. 38).

Diante do exposto, percebe-se que esse modelo se expandiria mundialmente, pois objetivava, em linhas gerais: superar o Taylorismo/Fordismo em fase de retração econômica,

---

<sup>3</sup> O Toyotismo é caracterizado por romper com o padrão fordista de produção em massa, que se destacava pela estocagem máxima de matérias-primas e de produtos maquinofaturados. Com esse novo modo de produção, a fabricação passou a não prezar mais pela quantidade, mas pela eficiência: produz-se dentro dos padrões para atender ao mercado consumidor, ou seja, **a produção varia de acordo com a demanda**.

Com isso, foi implantado o sistema *just-in-time* (em tradução literal: “em cima da hora”). Nesse sistema, a importação das matérias-primas e a fabricação do produto acontecem de forma combinada com os pedidos dos consumidores, com prazo de entrega a ser cumprido. Dessa forma, a oferta de produtos nunca será maior do que a demanda, o que acarreta na diminuição dos produtos em estoque e dos riscos da queda de lucros dos investidores.

À medida que a implantação do sistema toyotista foi se ampliando no mundo do mercado industrial, mais notória foi a desregulamentação das condições e dos direitos trabalhistas. Ao contrário do fordismo, em que um trabalhador realizava somente uma única função, agora um mesmo trabalhador é responsável por funções diversas, executando-as conforme as necessidades da empresa. Em razão dessa flexibilidade, o toyotismo passou a ser chamado também de **acumulação flexível**.

Além disso, observou-se um aumento das terceirizações no processo de produção, pois se tornou mais barato pagar outra empresa para fazer um determinado serviço do que uma única corporação comandar todo o processo produtivo. Isso ampliou o aumento do desemprego e da formação do exército de reserva de trabalhadores, proporcionando a diminuição média dos salários e o aumento da precarização do trabalho.

por meio de profundas mudanças na produção e nas relações de trabalho, tendo como meta principal reduzir os custos, aumentar a produtividade e, principalmente, garantir a lucratividade do capital, o que causou graves problemas ambientais devido ao uso econômico desmedido dos recursos naturais esgotáveis.

## 1.2 Sobre o Neoliberalismo Ortodoxo

Mediante o contexto da crise estrutural do capital na década de 1970, emergem novas medidas com base neoliberais necessárias para alavancar a lucratividade economicamente. Com isso, ganha fôlego as ideias de Hayek e Fridman. Para estes, “a origem da crise estava no poder excessivo do movimento operário, cujas pressões reivindicatórias sobre as empresas e sobre o Estado corroíam as bases de acumulação capitalista” (ANDERSON, 1995, p.11). Portanto, para manter as taxas de lucro era preciso rever o capitalismo, pois este suportaria o suficiente para romper com os sindicatos e o controle do fluxo de capitais e em relação aos gastos sociais e intervenções, ficaria sob a responsabilidade do Estado realizar,

[...] uma disciplina orçamentária com contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos (...), reformas fiscais de modo a reduzir os impactos sobre os rendimentos mais altos e sobre rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagnação resultado direto dos ligados a Keynes (ANDERSON, 1995, p. 11).

Harvey (2007), afirma que, um após outro, os Estados modernos europeus e os Estados de Bem-estar Social como a Nova Zelândia e a Suécia, abraçaram, tanto voluntariamente, quanto coercitivamente, algum aspecto da teoria neoliberal, ajustando correspondentemente algumas das suas políticas e práticas. Todavia, os defensores do caminho neoliberal tomaram uma significativa influência na Educação (universidades e muitos *think-tanks*<sup>4</sup>), na mídia, nos conselhos empresariais e em instituições financeiras (órgãos do Tesouro, bancos centrais) e também nas instituições internacionais, que regulam as finanças e o comércio global, como por exemplo, o FMI e a OMC (p. 2). Ainda para Harvey (2007), com as medidas neoliberais adotadas por Margareth Thatcher, alguns países da Europa

---

<sup>4</sup> Think tanks são **organizações** ou **instituições** que atuam no campo dos **grupos de interesse**, produzindo e difundindo conhecimento (ideologia) sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns (leigos) não encontram facilmente base para análises de forma objetiva. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Think\\_tank](https://pt.wikipedia.org/wiki/Think_tank)>

sentiram dificuldades de implementação desse receituário em detrimento dos direitos adquiridos pelos sindicatos, pois suas ideias visavam reverter a redistribuição do Estado de bem-estar social, no qual beneficiaria a classe superior e não as mais baixas.

Já nos Estados Unidos com a vitória de Ronald Reagan, as práticas neoliberais tiveram inicialmente as ideias do monetarista Milton Friedman que foram substituídas pela doutrina do “Laissez Faire” com a não intervenção do Estado na economia. Conclui-se que, tanto Thatcher quanto Reagan, buscavam adotar medidas neoliberais na tentativa de tornar a economia estável superando a crise vivida pelo capital na década de 1970.

Harvey aponta que

O gerenciamento da crise fiscal de Nova York abriu passagem para as práticas neoliberais domésticas sob Reagan e, internacionalmente, por meio do Fundo Monetário Internacional - FMI, em 1980. O FMI estabeleceu o princípio de que na ocorrência de um conflito entre a integridade das instituições financeiras e possuidores de títulos de um lado, e o bem-estar dos cidadãos de outro, dava-se preferência aos primeiros (2007, p. 12).

O autor intensifica que o papel do governo seria criar um bom clima dos negócios, em vez de tratar das necessidades e do bem-estar da população como um todo.

Ainda recorrendo aos estudos de Harvey (2007), para que um sistema de pensamento se torne hegemônico, é necessário que a enunciação de conceitos fundamentais esteja tão profundamente enraizada no senso comum a ponto de ser tomada como certa e fora de todo questionamento. Mas não são quaisquer velhos conceitos que são suficientes para tal, torna-se necessário construir um aparato conceitual que se mostre quase ‘natural’ para os instintos e intuições, para os valores e desejos, bem como para as possibilidades que pareçam estar inseridas no mundo social que habitamos. Desta forma, os ideais teóricos do neoliberalismo consideravam os direitos individuais e a liberdade, imprescindível como valores da civilização central, e, portanto, teria um forte poder de atração. Sendo assim, com a decorrência do fascismo, comunismo, ditaduras e a coerção do próprio Estado substituindo as escolhas individuais por julgamento coletivo, essa liberdade estaria ameaçada. Para intervir, concluíram que “sem o poder difuso e a iniciativa associada (com a propriedade privada e o mercado competitivo) seria difícil imaginar uma sociedade na qual a liberdade pudesse ser efetivamente preservada” (HARVEY, 2007, p. 4).

O supracitado autor sintetiza:

A crise da acumulação de capital nos anos 70 afetou a todos por meio da combinação entre desemprego crescente e inflação acelerada. O descontentamento era geral e a conjunção de movimentos sociais urbanos e da população trabalhadora em parte do mundo desenvolvido parecia apontar em direção à emergência de uma alternativa socialista para a acomodação social entre o capital e o trabalho, que constituía o fundamento da tão bem-sucedida acumulação de capital no período de pós-guerra. Os partidos comunistas e socialistas estavam ganhando terreno em muitas partes da Europa, e mesmo nos Estados Unidos as forças populares mobilizavam-se por amplas reformas e intervenções do Estado, num espectro que ia desde a proteção ambiental até a segurança e a saúde ocupacional e à proteção do consumidor contra os malfeitos corporativos (HARVEY, 2007, p. 8).

Desta forma, nota-se aí, uma clara ameaça *política* para as classes dominantes em todo o mundo, mas, muito mais influente neste momento a ameaça *econômica* à posição das classes dominantes. “Uma das condições do acordo do pós-guerra em quase todos os países era a de que se restringisse o poder econômico das classes superiores e que se concedesse ao trabalho uma fatia muito maior do bolo econômico” (HARVEY, 2007, p. 8).

Com relação ao papel do Estado no contexto neoliberal, este vai se adequar as funções e interesses dominantes do capital. Paniago (2008) afirma que,

Neste caso, do capital global dos países avançados, cujo excesso de capital e a urgência da lucratividade contínua é crescente exigiram movimentos distintos do Estado nos países periféricos. Ora tomando vultosos empréstimos externos, como veremos a seguir, ora comprometendo-se a pagar a dívida externa com base nos juros agora determinados pelos agentes bancários e de investimentos liberalizados, com liberdade na fixação dos juros, de acordo com os interesses do mercado e do capital global (p.6).

### **1.2.1 O Consenso de Washington e o receituário ideal neoliberal**

Para que o neoliberalismo respondesse positivamente no âmbito econômico, ocorreu o Consenso de Washington, que, Segundo Mariani (2007), foi um encontro realizado em novembro de 1989, no qual se reuniram na capital dos Estados Unidos funcionários do governo e dos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de desenvolvimento - BID) com o objetivo de reavaliar as políticas econômicas adotadas até o momento. Mariani expõe ainda, que as novidades foram às políticas recomendadas por aqueles organismos agora de maneira unificada, onde o

receituário indicado pelo FMI deveria fazer parte das elites dos países periféricos como iniciativa e interesse do seu povo. Assim:

John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão ‘Consenso de Washington’ através do qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumida nas seguintes regras universais: disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público, focalização dos gastos públicos na educação, saúde e infraestrutura, reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos, liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com os nacionais e o afastamento do estado do setor, taxa de cambio competitiva, liberalização do comercio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia, eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro, privatização, com a venda de empresas estatais, desregulação, coma redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas, e propriedade intelectual (MARIANI e NEGRÃO, 1998, p 41-2).

Em suma, o Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajustes macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras com o FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989, para promover o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos que recorriam aos seus empréstimos, como: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual, como já citado acima. Portanto, as propostas apresentadas pelo mesmo, foram vistas como a solução modernizadora para busc

ar uma consonância na estrutura econômica e política.

Pode-se supor que o receituário ideal neoliberal teve como cerne a soberania absoluta do mercado em detrimento de um projeto de nação. Em nome de uma retórica e “ajuste estrutural”, da redução do Estado, milhões de pessoas foram alijadas de funções essenciais, influenciando diretamente na vida social. O mesmo foi elaborado para alavancar os conceitos neoliberais, e ao mesmo tempo a economia visando acelerar o desenvolvimento nos países da América Latina, acarretando nos países como o Brasil, uma dívida impagável ao cofre internacional.

### 1.2.2 O Consenso de Washington e o neoliberalismo no Brasil

O Brasil foi o último na América Latina a implementar o modelo Neoliberal. Segundo Filgueiras, deu-se devido, tanto pela dificuldade de reunir os distintos interesses das diversas frações do capital que até então se mantém presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações – MSI, quanto, por outro lado, à intensa atividade política executada pela classe trabalhadora na década de 1980.

Assim, uma mobilização dos trabalhadores alcançou uma grande expressão, com a construção de um partido<sup>5</sup> político de massa, que passou a ameaçar a hegemonia das classes dominantes. Isso fez com que as frações do capital se unissem em torno do projeto neoliberal já existente em outros países.

Durante a crise da década de 1980, pelo menos até a implementação e o fracasso do Plano Cruzado (1986/87), predominava entre as distintas frações de classes do bloco dominante a tentativa de redefinir, atualizar e reformar o MSI, mantendo-se ainda um papel fundamental para o Estado no processo de acumulação e desenvolvimento – apesar das críticas à estatização, que haviam surgido já na década anterior (campanha, em 1974, contra o gigantismo do Estado e pela redução de sua participação na economia, principalmente nos setores de transporte, mineral e siderurgia) (BIANCHI *apud* FILGUEIRAS, 2006, p. 182).

O Estado Neoliberal, segundo Harvey, favoreceu fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. “Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais” (2008, p.75). Para o autor, o estado neoliberal buscou mecanismos de reorganização interna e arranjos institucionais para melhorar sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global. Em suas palavras,

A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é entregue de bom grado ao mercado global. A competição internacional é tida como algo saudável, já que melhora a eficiência e produtividade, reduz os preços e, dessa maneira, controla as tendências inflacionárias (HARVEY, 2008, p. 76).

---

<sup>5</sup> À saber, Partido dos Trabalhadores.

Os acordos internacionais entre os países garantiram que o regime de direito e a liberdade de comércio fossem incorporados às normas da organização de comércio para avançar no projeto neoliberal no cenário global e os arranjos institucionais definiram as regras do comércio mundial, a exemplo, presenciou-se a abertura dos mercados de capitais como uma condição para que o país fosse membro do FMI e da OMC. No plano internacional, os Estados neoliberais deram ao FMI e ao Banco Mundial, em 1982, plena autoridade para negociar a dívida, protegendo de falência as principais instituições financeiras internacionais (HARVEY, 2008).

Segundo Rocha (*apud* Batista, 2001) as diretrizes neoliberais para América Latina foram decididas no Consenso de Washington, num encontro em 1989 com o objetivo de fazer uma avaliação nas reformas econômicas, no qual o autor mostra que os problemas sociais foram tratados nesse consenso com uma visão economicista. Em suas palavras,

O Consenso Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde distribuição de renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual às políticas seriam vistas como decorrência natural de liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto regulável, sem qualquer rigidez tanto cujo se refere a bens, quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas (ROCHA, 2001, p. 5).

O supracitado autor sintetiza as áreas determinadas para que os países da América Latina efetivassem suas reformas “1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial; 7. Investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulamentação e 10. Propriedade intelectual” (BATISTA, 2001, p. 26).

Percebe-se então, que as ideias neoliberais surgiram para desenvolver a economia do país, solidificar o capitalismo que passava por um momento de estagnação, e aplicar as propostas deliberadas pelo Consenso de Washington que foram adotadas em diversos países da Europa, da América Latina e dos Estados Unidos. Tais propostas tiveram início no Brasil, em 1993, no governo Collor, tendo como características: privatização, planos econômicos denominados de Collor e Real e prosseguindo no governo de FHC, em 1994.

Recorrendo-se aos estudos de Lima, vê-se que,

[...] a adesão das elites brasileiras ao projeto neoliberal de sociabilidade é um processo que remonta ao final da década de 1980, articulando tanto fatores externos-como avanço da contrarrevolução preventiva por meio das políticas neoliberais nos países centrais e o fim do socialismo realmente existente-, como fatores internos, associados ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e à crise da dívida externa e interna (LIMA, 2007, p. 88).

Ainda sobre o Consenso de Washington, a autora ressalta que o mesmo era “um programa ortodoxo de estabilização monetária, (...), criada pela hegemonia das políticas neoliberais, pelo avanço da desregulação financeira e pelo poder imperial norte-americano” (LIMA e FIORI, 2001, p.199), o qual deu base para o projeto de reconstrução nacional e os planos Collor I e II.

Já em 1990 deu-se início a segunda<sup>6</sup> fase da contrarrevolução neoliberal,

Em detrimento da reconfiguração da luta de classes decorrentes do Consenso de Washington e do pós-consenso de Washington, efetuando as bases para o novo projeto de sociabilidade para a periferia do capitalismo e impor a burguesia uma racionalidade que respondesse à crise econômica e política deixada pelo mandato de Collor (LIMA, 2007, p. 92).

A autora destaca que o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso caracterizou-se com “cortes de verbas públicas com área sociais, o aprofundamento da política de privatização, as altas taxas de juro, o contingenciamento das verbas inicialmente planejadas no orçamento da união para garantia do pagamento das dívidas externa e interna” (LIMA, 2007, p.98), e, conseqüentemente ampliação do desemprego e as desigualdades econômicas no país.

Ainda sobre FHC, a autora relata que,

---

<sup>6</sup> O processo da Contra-Reforma do Estado é inaugurado no governo de Fernando Collor de Mello, e 1990, que logo põe em prática a agenda de “reformas” direcionadas pelos organismos internacionais, que tinham como principais determinações: o ajuste fiscal; privatização do patrimônio nacional; abertura desenfreada do mercado brasileiro, a desregulamentação da legislação trabalhista e do mercado de trabalho e a retirada intencional do Estado da execução e dos investimentos na área social. Disponível em <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11\\_educacao/contra-reforma-do-estado-e-da-educacao-superior-no-governo-lula.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/contra-reforma-do-estado-e-da-educacao-superior-no-governo-lula.pdf)>

[...] seu primeiro mandato foi caracterizado como um período de concentração de esforços no ajuste estrutural, na estabilidade econômica, nas parcerias com o setor privado e na política de privatização, e a criação do programa Comunidade Solidária que foi um referencial importante. No segundo, manteve-se o ajuste estrutural e a estabilidade econômica e deu início ao processo de ampliação da participação política da sociedade civil, concebida sem antagonismo, como somatório de indivíduos, grupos sociais, do voluntariado, dos empresários de boa vontade, das ONGs, dos movimentos sociais com suas demandas específicas e dos sindicatos colaboracionistas (LIMA. 2007, p. 100).

Lima (2007) conclui que os resultados da segunda contrarrevolução neoliberal no Brasil, foram a ampliação das desigualdades e a estagnação econômica, pois a burguesia, em suas faces brasileira e internacional, precisava recompor seu pacto de dominação e articular um novo arranjo político que mantivesse o Brasil na influência do neoliberalismo com coesão social.

Em suma, a política neoliberal implementada no país não só aprofundou a dependência em relação aos países imperialistas, como também foi destrutiva. Com o *impeachment* de Collor, em 1992, o seu sucessor Itamar Franco, que assume em 1993, deu continuidade ao seu projeto neoliberal, agora lançando duas ações necessárias para garantir a hegemonia do seu projeto: a primeira com o plano real<sup>7</sup> objetivando viabilizar a estabilidade econômica e o combate à inflação; e a segunda foi a base de apoio com a classe trabalhadora, que serviram de pano de fundo para garantir a vitória de Fernando Henrique Cardoso (LIMA,2007, pp. 91-2).

Para colocar efetivamente em prática as ações contrárias à Carta de 1988, em termos jurídicos, Fernando Henrique Cardoso-FHC procurou reformular a Constituição deste ano, buscando “modernizá-las”. Nessa direção Novaes (2008) ressalta que, em nome do “ajuste estrutural/fiscal”, FHC reduziu os fundos públicos para o financiamento das políticas sociais orientadas para a classe trabalhadora. Os direitos sociais inscritos na Carta de 1988 e as

---

<sup>7</sup> O Plano Real foi um plano econômico, desenvolvido e aplicado no Brasil durante o governo de Itamar Franco. Desenvolvido em 30 de junho de 1994, tinha como principal objetivo a redução e o controle da inflação. Suas características foram: redução de gastos públicos e aumento dos impostos como forma de controlar as contas do governo, criação da Unidade Real de Valor (URV) como forma de desindexar a economia, até então indexada pelos índices de inflação, criação de uma nova moeda forte: o real (R\$), aumento das taxas de juros e aumentos dos compulsórios (dinheiro que os bancos devem recolher junto ao Banco Central). Estas medidas tinham como objetivo reduzir o consumo e provocar a queda da inflação, redução dos impostos de importação para aumentar a concorrência com os produtos nacionais, provocando a redução dos preços, controle cambial, mantendo o Real valorizado diante do Dólar. Esta medida visava estimular a importação e aumentar a concorrência interna, controlando o aumento dos preços dos produtos nacionais. Disponível em: [http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/plano\\_real.htm](http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/plano_real.htm) acesso em 3 de fevereiro de 2017

políticas universais, consideradas “dispendiosas”, vão sendo mitigados em troca de políticas pontuais baratas e, sobretudo, flexíveis. Tais ações paliativas podem ser implantadas e retiradas quando convier, sem o amparo constitucional.

Ainda segundo Novaes (2008), ao longo dos quatro primeiros anos do governo FHC, os gastos destinados para as políticas sociais foram contidos. Citamos, como exemplos de políticas neoliberais desse governo, os cortes na educação e a previdência social. No que se refere aos recursos destinados à educação, houve uma redução de 19,57% em 1995, para, em média, 8,2% em 1998. Netto (2000) também observa que, em vários programas educacionais, os cortes foram significativos. A consequência das ações das políticas educacionais é o sucateamento da educação em todos os seus níveis de Ensino.

Em relação ao governo Lula, Lima (2007) faz referência aos principais elementos políticos do reordenamento interno do Partido dos Trabalhadores, que seriam: “a diluição da defesa da suspensão do pagamento da dívida externa e a estatização do sistema financeiro como proposta de execução de uma reforma financeira” (p. 108). Ainda segundo Lima, o PT tornou-se um partido personalista, organizado em torno de Luiz Inácio Lula da Silva, excluindo a ideia de que quem deveria lutar contra a desigualdade de classes era a classe trabalhadora, substituindo o socialismo ascendente pela democracia social. Entretanto, ela comenta que:

O social-liberalismo do programa de governo critica o neoliberalismo dos governos anteriores por concentrarem suas políticas na macroeconomia, no ajuste fiscal e na estabilidade econômica, enfatizando o papel do mercado, desconsiderando a importância da coesão social, viabilizada a partir do estabelecimento de um novo contrato social entre Estado forte, ou seja, um Estado regulador, descentralizado, transparente, e democrático que deveria criar um reordenamento político e jurídico para estimular a participação da sociedade civil e do setor privado (LIMA, 2007, p.113).

Em suma, a autora expõe as diretrizes do governo Lula demonstrando a afinidade com os pressupostos teóricos e de ação política ao social-liberalismo ou neoliberalismo de terceira via. São elas:

a) A crítica ao socialismo e ao neoliberalismo e a proposta de viabilizar reforma ou humanização do capital, b) a concepção de que a classe trabalhadora não pode mais ser identificada como o sujeito político capaz de conseguir um projeto de sociabilidade que o objective à ruptura com a ordem burguesa, c) a defesa do diálogo, do pacto social, d) o aprofundamento da agenda neoliberal para a periferia do capitalismo, por meio do ajuste fiscal e da estabilidade econômica, e) a elaboração de políticas de inclusão social focalizadas nos segmentos populacionais mais pobres, tendo a educação

como estratégia de coesão, ou harmonização social, f) a diferenciação entre estado regulador que estimule as ações do voluntariado e grupos de autoajuda, g) o estabelecimento de parcerias entre o setor público e privado e a constituição do setor público não-estatal apresentados como estratégias de democratização do acesso aos serviços públicos (LIMA, 2007, p.114).

Assim, a supracitada autora intensifica que a contrarrevolução neoliberal, direcionada pela burguesia e sindicato partidário dos trabalhadores, aumenta a desigualdade social e garante a concentração de renda e de poder, para o capital financeiro (LIMA, 2007, p. 114). Lima (2007) sublinha que Harvey chamou esse processo de “acumulação por desapropriação”.

### **1.3 O Neodesenvolvimentismo como uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento**

Como enfatizado, as reformas neoliberais não conseguiram atender as promessas para o desenvolvimento socioeconômico, pois,

[...] além do quadro de desemprego e de baixos salários legado aos diversos segmentos da classe trabalhadora, excluiu o empresariado produtivo local dos altos índices de rentabilidade, lucratividade e concentração que foram auferidos pelos rentistas nos anos áureos do neoliberalismo, e que representou o envio de grande parcela do produto interno bruto dos países latino-americanos às improdutivas e parasitárias frações financeiras internacionais (PFEIFER, 2013, p. 12).

Desta forma, começam a ganhar espaço às ideias neodesenvolvimentistas advindas dos países latino-americanos, consistentes em críticas neoliberais e argumentos que agradavam tanto a esquerda quanto a direita brasileira, desde a faixa de empresários que enfrenta dificuldades para atingir os níveis de crescimento, quanto à classe trabalhadora com a regressão social que marcou a década de 1990.

O Brasil passa a adotar como estratégia, mais especificamente em 1994, o Plano Real, “cujo principal objetivo era debelar o processo inflacionário e garantir a estabilidade macroeconômica através da estabilidade dos preços” (MATTEI, 2011, p.2). Se fizermos um paralelo entre 1995 e 2002 (Governo FHC), Mattei (2011) afirma que o país segue o caminho de estabilizar a economia, através da adoção de uma política de juros extremamente elevada, comparativamente a outros países em situação idêntica. Nesta direção, o autor destaca que segundo Bresser-Pereira & Nakano (2002), construiu-se a armadilha dos juros que levou a um equilíbrio perverso em que a política econômica tornou-se incapaz de estimular a retomada do

desenvolvimento. “Em grande medida, esse problema foi se agravando diante da escolha do país de tentar recuperar o crescimento econômico via poupança externa” (BRESSER-PEREIRA & NAKANO, 2002, p. 3). Desta forma, as discussões sobre o “Novo Desenvolvimentismo” ou “Neodesenvolvimentismo” começaram a entrar em vigência na primeira década do século XXI.

Pfeifer (2013), em seus estudos sobre a teoria neodesenvolvimentista de Bresser-Pereira, destaca que:

O desenvolvimento econômico brasileiro, no período de 1920 a 1980, apresentava maiores taxas de crescimento e de 1980 a 1994, foi um dos países que menos cresceu. A partir dos anos 2000 e após 2004, houve uma retomada no crescimento econômico nacional, mas com taxas menores do que as registradas na década de 1970 (p. 16).

A autora, mencionando os escritos de Bresser-Pereira, ressalta que para este, “os impactos neoliberais no Brasil poderiam ter sido temporários, mas acabou levando as elites brasileiras a perderem o conceito de nação e se renderem ao pensamento hegemônico, apontando como marco a eleição de Collor que caracteriza o fim do pacto nacionalista para rende-se ao neoliberalismo” (PFEIFER, 2013, p. 21).

Pfeifer (2013) expõe ainda, que as estratégias formuladas para o novo desenvolvimentismo teve como base as duas experiências históricas que deram certo por terem adotados estratégias nacionais de desenvolvimento, tais como: o nacional-desenvolvimentismo, no período de 1930 a 1980, no qual reinou a teoria keynesiana que sustentou o período e o outro momento refere-se à experiência de países asiáticos dinâmicos, onde houve um crescimento mesmo após a crise de 1980, em função da estratégia nacional desenvolvimentista e a não subordinação ao receituário ortodoxo convencional.

Ainda segundo Pfeifer (2013), Bresser-Pereira localiza o trabalho e as diferentes camadas da classe trabalhadora como fator de produção e como mercado consumidor interno, portanto, há necessidade de instruí-lo, socializá-los e aculturá-los para os interesses da indústria nacional. A autora conclui que o neodesenvolvimentismo não é um projeto que busca a emancipação humana e o fim das desigualdades de classe, ao contrário, ele retoma a existência das classes e o sistema do capital como naturais e inevitáveis e compreende as relações de classe consistente num jogo de troca de benefícios.

É uma estratégia orgânica de dominação do empresariado industrial brasileiro, buscando reconstituí-lo enquanto burguesia nacional e, para isso, quer lançar na sociedade seus valores nacionalistas e desenvolvimentistas em busca de um consenso, e quer dominar a estrutura estatal e utilizá-la como

instrumento de sua predominância política e econômica (PFEIFER, 2013, p. 28).

Para Bresser-Pereira, o pacto neodesenvolvimentista é uma compactuação onde os empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais se articulam em um meio com o objetivo de fazer um país com renda média e que alcance desenvolvimento e crescimento econômico dos países ricos com sua inserção na competição global no âmbito nacional (PFEIFER,2013).

Apesar de Bresser-Pereira defender em seus estudos o Neodesenvolvimentismo, “a ortodoxia convencional (Consenso de Washington) ainda é dominante, principalmente no aspecto da política macroeconômica na América Latina, no qual são subordinados ao tesouro”, ou seja, o fundo monetário internacional e o Banco Mundial. Em suas palavras afirma que:

O Consenso de Washington foi uma forma efetiva que a ideologia neoliberal assumiu no nível das políticas econômicas indicadas para os países em desenvolvimento, contudo definiu esse consenso em dois momentos, onde o primeiro se restringe ao ajuste macroeconômico que se fez necessário mediante a crise de 1980 (liberação do comércio e privatização) e o segundo, a partir da década de 1990, baseada em uma conta aberta e ao crescimento com a poupança externa (PFEIFER, 2013 p.45).

Contudo, a supracitada autora (2013), diz que, com o novo desenvolvimentismo, o ajuste fiscal não deve ter como parâmetro o superávit primário, mas um déficit orçamentário. Contudo, deve possuir uma poupança pública capaz de financiar os investimentos sem causar endividamento público.

Leite (2015) identifica a referência ao novo desenvolvimentismo feita por Bresser-Pereira, no início da primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva, precisamente na Folha de São Paulo, no artigo publicado em 19.9.2004:

Pode ter parecido surpreendente a afirmação de Antônio Ermírio de Moraes de que está na hora de o Brasil ter um plano de desenvolvimento como foi o desenvolvimentismo do governo JK. Diante, porém, do fracasso da ortodoxia convencional em promover o desenvolvimento do país, está ficando cada vez mais claro para a sociedade brasileira, cujo sentimento o grande empresário expressa, que é preciso pensar em uma alternativa de desenvolvimento (BRESSER *apud* LEITE, 2015, p. 156).

A seguir, a supracitada autora (2015) expõe as críticas de Bresser-Pereira ao neoliberalismo ortodoxo, especificamente ao superávit primário, juros altos, câmbio flutuante, ou seja, os “equivocos” da ortodoxia convencional, e como, para este economista, o Brasil poderia voltar ao desenvolvimento:

Não haverá verdadeiro desenvolvimento para o Brasil enquanto duas mudanças macroeconômicas fundamentais não ocorrerem: mudanças na política de câmbio e na política da taxa básica de juros. [...] Será necessário mudar a equação macroeconômica perversa de altas taxa de juros e de câmbio ainda valorizado; para isso, porém, será preciso ter a coragem de enfrentar os interesses dos rentistas e do mercado financeiro, e a ortodoxia convencional em que se apoiam (BRESSER *apud* LEITE, 2015, p. 142-3)

Segundo Leite (2015), o economista Bresser-Pereira fez um quadro comparando a abordagem da ortodoxia convencional com a estratégia do novo desenvolvimentismo:

<b>Ortodoxia Convencional</b>	<b>Novo-desenvolvimentismo</b>
Reformas para reduzir o Estado e fortalecer o mercado	Reforma para fortalecer o estado e o mercado
Papel mínimo para o Estado no investimento e na política industrial	Papel moderado para o Estado no investimento e na política
Nenhum papel para a nação: basta garantir propriedade e contrato	Uma estratégia nacional de competição é essencial para o desenvolvimento
Sem propriedades setoriais: o mercado resolve	Prioridade para exportação e valor adicionado per capita
Financiar investimento com poupança externa	Crescer com investimento e poupança interna
Abrir contas de capitais e não controlar câmbio	Controlar conta de capitais quando necessário

Fonte: Leite (2015)

Ao expor a supracitada quadro, Leite (2015), evidenciou a crítica no âmbito macroeconômico, feita por Bresser, à ortodoxia convencional e as alternativas do novo desenvolvimentismo que, segundo este economista iria garantir a estabilidade econômica.

Leite ainda situa a crítica de Bresser ao programa do governo Collor. Segundo Bresser, “[...] a chegada de Collor ao poder com um programa neoliberal ou modernizante marca o fim dos pactos nacionais, a rendição ao globalismo e ao neoliberalismo presentes na ortodoxia convencional, e a formação da atual coalizão dominante ou do Pacto Liberal-Dependente” (LEITE, 2015, p. 257).

Ainda recorrendo aos estudos de Leite (2015), percebe-se a contundente crítica que Bresser faz ao que ele chama de “Pacto Liberal-Dependente”:

No momento em que o Pacto Liberal-Dependente tornou-se a coalizão política dominante no Brasil, a revolução nacional, ou seja, a formação do Estado-nação brasileiro com a transferência dos centros de decisão para dentro do país, foi interrompida e o país voltou à condição semicolonial que já havia caracterizado o período entre 1822 e 1930. Na condição semicolonial, a Nação se enfraquece por carência de um acordo entre as classes. [...] Nessas condições, não contará com uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional e o crescimento estará prejudicado, se não inviabilizado. Em lugar de uma estratégia nacional, o país se submeterá a uma ortodoxia convencional que muda através do tempo. Durante um século e meio estava baseada na lei das vantagens comparativas. Foi assim que a Inglaterra tentou chutar a escada dos Estados Unidos e da Alemanha, sem êxito, e do Brasil, com êxito até 1930 (LEITE, 2015, p. 261).

Desta forma, Leite (2015) revela que o economista menciona que a efetivação do pacto liberal-dependente trava o desenvolvimento econômico do Brasil e que os intelectuais que aderem este pensamento reduzem o Estado simplesmente aos seus servidores ou ao próprio aparelho.

Ainda segundo Leite (2015), Bresser-Pereira aponta o novo desenvolvimentismo como uma estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico, tanto no Brasil como em países de médio desenvolvimento. Contudo, a autora observa que Bresser fez uma crítica “acrítica” ao neoliberalismo no ano de 2006, período do segundo mandato de Lula, mencionando que os empresários industriais estavam confusos e percebendo sua perda de poder em detrimento do fracasso do plano cruzado, do esgotamento do modelo de substituição de importações e da crise vivida naquele período, eles se sentiram acuados diante da força ideológica neoliberal que reinava.

Leite (2015) ressalta que Bresser define o novo desenvolvimentismo como um terceiro discurso, uma estratégia para a retomada do desenvolvimento nacional. “Nacionalista em sua essência, porém um nacionalismo democrático, liberal, social e republicano”. Para Bresser,

O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um terceiro discurso, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, é o conjunto de

diagnósticos e ideias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual, países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. [...] É o conjunto de ideias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas representam a tentativa de neutralização neo-imperialista de seu desenvolvimento – a prática de empurrar a escada. É a forma por meio da qual, empresários, técnicos do governo, trabalhadores e intelectuais podem se constituir em nação real para promover o desenvolvimento econômico. (BRESSER *apud* LEITE, 2015, p. 165).

Portanto, Leite nos direciona, através dos estudos de Bresser que, o neodesenvolvimentismo, para o mesmo, é uma estratégia de competição onde os elementos constitutivos são o aumento da capacidade de poupança e investimento da nação, “o aumento da coesão social nacional que resulta em capital social ou em sociedade civil mais forte democrática, uma política macroeconômica que garante a saúde financeira do Estado e do Estado-nação [...]” (BRESSER *apud* LEITE, 2015, p. 169).

Segundo Pfeifer, “quando expõem que Bresser-Pereira considera o trabalho, mais especificamente, as diferentes camadas da classe trabalhadora, como fator de produção e como mercado consumidor interno; assim sendo, [...] há necessidade de instruí-lo, socializá-lo e aculturá-lo para os interesses da indústria nacional” (PFEIFER *apud* LEITE, 2015, p. 168).

Gonçalves (2012, p. 654), em seus estudos, afirma que “no âmbito do novo desenvolvimentismo o consenso de Washington assenta-se nos pilares neoliberais: liberalização e desregulamentação”. O autor faz menção aos interesses dominantes expressos pelos governos dos Estados Unidos e principais países desenvolvidos e pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.) sublinhando que liberalização e desregulamentação criam oportunidades de negócio em escala global.

O autor supracitado faz críticas aos dez pontos formulados no Consenso de Washington. Para ele, suas diretrizes eram equivocadas e necessitavam ser reformuladas, abrindo espaço para o pós-Consenso de Washington onde a ênfase se constituiu nas reformas institucionais. Em suas palavras:

A ênfase nas reformas institucionais, por seu turno, aproxima o novo desenvolvimentismo do pós-consenso de Washington. É a ênfase na reforma

das reformas liberais, ou seja, a segunda geração de reformas. Após a privatização, cabe a regulação dos monopólios; após a liberalização financeira, cabe a regulação dos bancos; após a liberalização dos fluxos financeiros internacionais, cabe a abertura prudente da conta de capital (GONÇALVES, 2012, p. 661).

No âmbito nacional, o autor expõe ainda que no final do século XX e início do XXI o Brasil adota o modelo Liberal Periférico, cujas características são: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro (GONÇALVES, 2012).

O autor explica estas características definindo que:

O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização econômica internacional nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetária financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais que implicam a reconfiguração de intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, e reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição do sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência internacional, ao mesmo tempo que se caracteriza com significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica (p. 662).

Em sua tese, Leite (2015) explicita os estudos de Mercadante e ressalta suas críticas ao modelo neoliberal que predominou por décadas no Brasil e na América Latina. Leite observa que, Mercadante faz uma clara defesa ao governo lula quando afirma “que este realizou uma inflexão no curso da economia brasileira ao promover alterações no padrão histórico de desenvolvimento do Brasil, rumo a um Novo Desenvolvimentismo” (2015, p. 170). Para Mercadante houve “um avanço neste governo no tocante à estabilidade econômica e que o social passou a ser um dos eixos estruturantes do novo processo de desenvolvimento brasileiro” (OLIVA *apud* LEITE, 2015, p. 170).

Segundo Mercadante, em 2003 a política educacional voltou-se, prioritariamente para “democratização do acesso à educação com a garantia de permanência e sucesso escolar” (OLIVA *apud* LEITE, 2015, p. 172).

#### **1.4 A Política de Educação Superior no Contexto do Neoliberalismo Brasileiro**

No âmbito educacional, o neoliberalismo ganhou força e expressão no Brasil nos anos 1990 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2004) marcando a primeira e a segunda fase da contrarreforma da educação superior brasileira.

Segundo Lima (2007) no governo FHC a política configurou-se pelos acordos e alianças estabelecidos pela burguesia brasileira para manter seus interesses políticos e econômicos, que mediante esse novo cenário sob a hegemonia do capital financeiro, instaurou uma nova racionalidade na condução da contrarrevolução neoliberal. As reformas estruturais elaboradas pelos organismos internacionais para a periferia do sistema, especialmente com a reforma do Estado, tinham por finalidade reorganizar o conjunto das políticas sociais, entre elas a política de educação superior, visando conformar os trabalhadores à nova (des) ordem do capital.

Ao que remete à educação superior, Neves e Fernandes (2002, p. 26), observam que:

Apolítica neoliberal de educação escolar, quer na educação básica, quer na educação superior, passa a ter como objetivo fundamental contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresariais, prioritariamente dos setores monopolistas, de capital estrangeiro. Intensificando ainda que, a política educacional neoliberal realiza, de forma assistemática, a subordinação da escola, em todos os níveis, às demandas técnicas e ético-políticas da burguesia brasileira. As novas diretrizes educacionais adotadas no Brasil respondem aos imperativos do capital internacional para a América Latina e vêm sendo financiadas, como todo o projeto de desenvolvimento, com recursos do Banco Mundial e do FMI.

Leite (2015, p. 221) expõe que no documento intitulado —La enseñanza Superior — las lecciones derivadas de la experiencia, elaborado pelo Banco Mundial em 1994 [...], ”foi apresentado como uma das linhas prioritárias a reforma do ensino superior, sendo proposto explicitamente, para os países periféricos, o processo de diferenciação das IFES que implica a diversificação das fontes de recursos para a educação superior pública”. A autora observa que o Banco Mundial,

[...] a diversificação das instituições de ensino superior, ou seja, a criação de instituições não-universitárias e o aumento de instituições privadas podem ajudar a atender à crescente demanda por educação de nível superior e tornar os sistemas de ensino mais adequados às necessidades do mercado de trabalho (LEITE, 2015, p. 221).

Nesta direção, Neves e Fernandes (2002, p.31) observam que, ao seguir as diretrizes do Plano diretor da reforma do aparelho do Estado, em 1995 “foi incluído a educação superior onde o Estado adotou duas estratégias privatizantes a essa modalidade, como: a transformação da educação pública em educação pública não estatal, e o estímulo ao empresariamento do ensino”. Os autores mencionam o Decreto nº 2.306, de agosto de 1997, que reforça a privatização do ensino superior, determinando que as instituições deste nível de ensino sejam organizadas em cinco tipos de instituições: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos (escolas) superiores, sendo que “apenas as universidades continuariam a manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como princípio educativo e as demais se dedicariam ao ensino, ou seja, a capacitação da força de trabalho, em níveis distintos de complexidade, demandadas pelo novo paradigma produtivo” (NEVES e FERNANDES, 2002, p. 31).

Leite constata que o sistema de ensino, ficando mais heterogêneo e diversificado cria, segundo o Banco Mundial, uma “igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior para os estudantes provenientes de família de baixa renda” (2015, p. 221-2). A autora demonstra esta concepção do Banco Mundial, na citação a seguir:

Um elemento importante de políticas voltadas para melhorar a integração nacional e a representação de grupos tradicionalmente desfavorecidos na liderança política e econômica é a igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior. As estratégias relevantes devem abordar múltiplos aspectos para expandir a representação efetiva das mulheres, das minorias étnicas, dos estudantes provenientes de famílias de baixa renda e outros grupos com desvantagens educativas ou econômicas neste nível de ensino. Entre tais estratégias estão: melhorar a educação primária e secundária destes grupos, aumentar a sua demanda por educação de nível superior, diversificar as instituições para atender a diferentes grupos, fornecendo subsídios para os estudantes e utilizar critérios de admissão para corrigir as desigualdades (BANCO MUNDIAL *apud* LEITE, 2015, pp. 221-2).

Leite (2015) revela que o Banco Mundial, já em meados dos anos 1990, vincula a expansão do acesso à educação ao fortalecimento da expansão do ensino privado, numa nítida defesa da necessidade de integração entre a educação e a esfera produtiva, para que os países periféricos se ajustem à lógica do reordenamento internacional do capital. Recorrendo aos estudos de Lima, Leite assevera que “o crescente processo de privatização da educação superior vem sendo defendido pelo Banco Mundial como democratização deste nível de

ensino, numa nítida ruptura com a lógica da universalidade do acesso à educação” (LIMA *apud* LEITE, 2015, p. 222).

Leite (2015) relata que na primeira gestão do governo Lula, os protestos estudantis que formavam a UNE (União Nacional de Estudantes), “ainda convergiam para a denúncia de que as universidades públicas brasileiras (e de toda a América Latina) vinham sofrendo um processo de privatização lenta, gradual e segura” (p. 224).

A supracitada autora exemplifica algumas medidas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que revela o aprofundamento da contrarreforma da Educação Superior, em sua primeira gestão, entre eles, a autora menciona o Prouni - Programa Universidade para Todos, instituído em 2004 pela Lei nº 11.096/2005, que tinha como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

Contrapondo-se às medidas do governo que demonstrava uma clara opção pela via privatista, os coletivos estudantis oposicionistas protestavam. Leite observa que tais reivindicações:

Implicava a ampliação da quantidade de vagas nas universidades públicas, a criação de novas universidades públicas em todo o país e a reestruturação e a ampliação das já existentes, o aumento dos investimentos na educação superior pública e o fim dos programas que alocavam verbas públicas para as IES privadas (LEITE, 2015, p. 226).

Em relação ao social liberalismo brasileiro e, também, sobre o neodesenvolvimentismo, Leite (2015) aponta Aloísio Mercadante como sendo o principal expoente de uma das correntes do novo desenvolvimentismo: a social desenvolvimentista. Em suas palavras:

Para este ideólogo, a dinamização do mercado interno foi edificada por uma sólida política social e que a particularidade do governo Lula residia no fato de que o crescimento econômico foi acompanhado por um bem-sucedido esforço de distribuição de renda, pela incorporação dos excluídos ao mercado de consumo e pela ampliação das oportunidades para os segmentos mais pobres da sociedade (2015, p. 26).

Ainda segundo Leite (2015, p.27), Mercadante ao tratar sobre a política educacional e a democratização das oportunidades, “ilustrou como um dos grandes feitos do governo Lula a criação, na sua segunda gestão, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão

das Universidades Federais (Reuni) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)”. Estes programas trouxeram um aparato significativo para a política de Assistência nas IFES brasileiras.

A seguir, explanaremos sobre a trajetória histórica da assistência estudantil, bem como a luta da UNE, SENCE e FONAPRACE pela institucionalização do PNAES e sua materialização nas IFES, especificamente na Universidade Federal de Alagoas. Em seguida, faremos uma análise sobre a tendência da contrapartida do Programa Bolsa Pró-graduando, oferecido pela Pró-reitoria Estudantil, da referida instituição.

## **2 A TENDÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA PRÓ-GRADUANDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

### **2.1 A Trajetória Histórica da Política de Assistência Estudantil nas IFES Brasileiras a partir da Constituição Federal de 1988**

Para uma análise do PNAES e, conseqüentemente, da Bolsa Permanência Estudantil é preciso um entendimento da política de assistência estudantil na contemporaneidade brasileira, dando visibilidade à luta dos principais sujeitos coletivos (UNE, SENCE e FONAPRACE), pela assistência estudantil como direito. Esta seção intenciona mostrar qual a atual tendência nas Instituições Federais de Ensino Superior no que se refere às bolsas estudantis ofertadas pelas IFES brasileiras, especificamente na Universidade Federal de Alagoas, com a Bolsa Pró-Graduando.

A Constituição Federal de 1988-CF/88 busca estabelecer os direitos civis, políticos e sociais. Através destes últimos, tornam obrigatórias as medidas estatais para elevar as condições humanas dos titulares destes direitos. A CF/1988 estabelece o “regime jurídico único da educação” que a converte em direito público subjetivo. A este respeito é destacado que,

[...] com relação à política educacional, a Constituição Federal de 1988 concede amplos direitos, confirmando e ampliando o interesse social pela

educação. Desde a Constituição monárquica de 1824, a primeira constituição brasileira, a educação irrompe como o fundamento da política social, que só alcança maior abrangência durante o século XX. No final deste século, falou-se bastante a respeito da educação e de sua importância, porém muito se desarticulou a aplicação dos direitos educacionais (VIEIRA *apud* ARAÚJO, 2003, p. 62).

Segundo Nascimento (2013), no final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, os temas sobre a assistência estudantil começaram a se estruturar de forma sistemática em algumas IFES, devido às reivindicações da UNE e do FONAPRACE.

A supracitada autora observa que:

A Une foi criada em 1937, defendendo a reforma universitária e a pauta da assistência estudantil foi uma das principais bandeiras de luta dos estudantes. [...] No contexto dos anos de 1980, no período de redemocratização, o tema da democratização da educação, em especial da universidade pública, passa a ser definido por novos sujeitos políticos como o FONAPRACE e a SENCE (NASCIMENTO, 2013, p. 100-1).

Em seus estudos sobre a Educação Superior, Araújo (2003) ressalta que no final da década de 1980, o Ministério da Educação normatizou as atribuições de cada esfera do governo e órgãos estatais e as áreas de competência e autonomia das instituições de ensino. Tais medidas foram implementadas com a Lei de Diretrizes e Bases em dezembro de 1996 (RANIERE, 2007 *apud* ARAÚJO, 2003, p. 69).

A autora acrescenta que a CF/1988 possibilitou avanços do sistema de ensino superior ao prever a garantia de autonomia universitária dispondo, através do Artigo 207, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No aspecto jurídico-político, a autora destaca que “a realização das finalidades dessas áreas pelas universidades públicas, encontra-se atrelada com a promoção da cidadania, do bem comum, com a construção de uma sociedade livre, justa, solidária e, principalmente, com a redução das desigualdades (Art. 3º)” (ARAÚJO, 2003, p. 69).

Observando as transformações societárias gerada na década 80, “o fim do regime tecnocrático-militar, o gradativo estabelecimento de uma sociedade ‘democrática’ (apesar da existência de uma acirrada desigualdade social), bem como as dificuldades de vários países no que tange à dívida externa”, Araújo destaca que a tendência do desenvolvimento das ciências de informação é impor novos métodos e ritmos de distribuição do conhecimento produzido pelas universidades, mundialmente. Conseqüentemente, é gerada uma “competitividade no mercado de instituições produtoras de pesquisa, o que credenciará apenas algumas instituições no que tange ao financiamento da produção do conhecimento, num contexto em que o Estado

busca transferir essa responsabilidade pelo financiamento para o setor produtivo” (ARAÚJO, 2003, p. 71).

Leite (2015) ressalta que desde 1990, as propostas de reforma do ensino superior estavam em perfeita sintonia com uma das linhas prioritárias do Banco Mundial, quando propõe a diversificação das fontes de recursos da educação superior pública e a introdução de incentivos para o desempenho, impondo a divisão dos custos com os alunos. Ela ainda acrescenta que:

No documento publicado pelo Banco Mundial, intitulado *La Enseñanza Superior – Las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), a assistência ao estudante era tida como custos não educacionais, portanto, geradora de gastos públicos: Los países pueden también reducir e incluso eliminar el subsidio para los gastos no relacionados con la instrucción, tales como la vivienda y la alimentación. (p. 7). Assim, o banco incentivava o governo brasileiro a extinguir alojamentos e restaurantes no interior das IFES e a investir na assistência ao estudante pobre nas instituições privadas de ensino, através de bolsas (LEITE, 2015, p. 299).

Desta forma, o apoio aos estudantes se daria através de empréstimos e bolsas de estudos, especificamente para aqueles estudantes “academicamente qualificados”. Para o Banco Mundial, conforme destaca Leite (2015), este apoio não poderia absorver gastos diretos, nem indiretos do ensino superior, tornando o próprio estudante responsável por tais despesas em 1999, surge o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, com a finalidade de financiar a graduação para estudantes que ingressarem em instituições privadas. Com isso, o governo fortalece a iniciativa privada, além de isenções fiscais e insere-se no mercado estrangeiro nesta área.

Leite (2015) sublinha que é notório a intensificação do processo de diversificação e diferenciação institucional, uma vez que parte do pressuposto de que as instituições de ensino se encontram em ineficiência quanto à utilização os recursos públicos. Desta forma, a autora expõe que:

Isso se fez acompanhar, na última década do século XX, de uma crescente limitação do uso de recursos para manutenção e crescimento das universidades federais, tornando-se visível e preocupante a inexistência de recursos em nível nacional para a manutenção da assistência estudantil no espaço universitário, impossibilitando a ampliação de projetos de apoio ao estudante de baixa renda nas universidades e incidindo no recrudescimento do índice de retenção ou evasão, gerando na ótica do governo, gastos para os cofres públicos (2015, p. 300).

Nesta direção, Nascimento acrescenta que, segundo o ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, cujo projeto de reforma esteve pautado na necessidade de modernização ou aumento

da eficiência da Administração Pública, “um núcleo burocrático voltado para consecução de funções exclusivas do Estado e um setor de serviços sociais e de obras de infraestrutura, constituiria as duas esferas fundamentais do Estado moderno” (2013, p. 45). Entre os serviços não exclusivos, incluiu as universidades e as escolas técnicas, entre outros, tornando assim viável um processo de descentralização para um terceiro setor, o chamado “não-estatal”. Nascimento ressalta que este processo de descentralização foi chamado de publicização, que consiste em “parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução” (NASCIMENTO, 2013, p. 45).

No âmbito da Educação Superior, a assistência estudantil é uma das ações do Ministério da Educação, prevista pelo Estado, com o intuito de “responder as demandas dos estudantes para proporcionar a permanência dos mesmos nas universidades públicas” (NASCIMENTO, 2013, p. 46).

Desvendando alguns aspectos da assistência no âmbito estatal, Nascimento (2013) encontra em Sposati, uma visão da assistência presente nas políticas sociais, na qual é passada para a classe trabalhadora como “[...] condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito [...]”, o que configura a exclusão da participação nos recursos adquiridos através dos impostos cobrados ao trabalhador (SPOSATI, 2008 *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 47). A autora ainda acrescenta que “este mecanismo assistencial também atribui a estas políticas a função de ‘compensatórias de carência’, legitimando a função do Estado em selecionar o grau de carência da demanda, além de oferecer serviços de baixa qualidade” (2013, p. 47), o qual atende, precariamente, seja em qualidade ou em quantidade, os selecionados dentre esta população carente e minoritária.

No ensino superior não é diferente, retomando a este contexto, no âmbito da educação como mecanismo estratégico para transferir a responsabilidade governamental para o próprio indivíduo, Nascimento explicita que,

A educação, emerge neste ideário (período em que se insere a corrente neodesenvolvimentista) enquanto principal via para promoção da ‘equidade’, sendo compreendida como uma mercadoria que oferece grandes possibilidades de retorno para o seu proprietário, e, portanto, devendo ser priorizada tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada como via para o desenvolvimento dos Estados nacionais. Sob esta lógica, a necessidade da esfera público-privada ‘ampliar’ as condições do acesso da população ao ‘ativo’ educação é somada a um reforço pelo discurso governamental do apelo a responsabilidade moral do sujeito na garantia de sua reprodução social, sendo, portanto, de sua inteira responsabilidade a condição de sua existência. Deste modo, a premissa da igualdade de oportunidade (acesso aos

serviços sociais, inclusive educação) serve para justificar a extrema pobreza de uns e a riqueza de outros (NASCIMENTO, 2013, p. 51).

Em seus estudos, Araújo enfatiza que as iniciativas tomadas no Governo Collor e FHC partiam da agenda neoliberal que, neste período, consolidava-se devido sua administração. Em seguida, no governo Lula, no período de 2003 a 2006 tais medidas seguem em consolidação. Analisando as direções da Educação Superior, com os pressupostos para a modernização do MEC, Araújo revela que estes condizem com os fundamentos neoliberais. Desta forma, a implementação de medidas como: “a ampliação de ofertas de vagas para educação à distância, a racionalização do acesso à educação através de sistemas de cotas, a padronização do ensino, voltada para um modelo educacional que atenda aos interesses do mercado”, contribuiu para tornar a educação um “campo específico de investimentos estrangeiros, estabelecendo uma participação de até 30% de investimentos de capital estrangeiro na área educacional” (ARAÚJO, 2007, p. 4). Isso, sob a óptica do direito social, significaria o alcance da cidadania social no espaço acadêmico, implementado nas formas de melhoria da qualidade do ensino, reformulação do controle burocrático, autonomia efetiva, além de um financiamento estável (ARAÚJO, 2007, p.4).

Todavia, é notório o descaso com a educação superior pública, gerando o sucateamento nas universidades e comprometendo a qualidade do ensino em toda a formação acadêmica de um modo geral. Isso atinge também a assistência estudantil, pois se deixa de lado a prioridade a um orçamento que invista em sua implementação. E ainda nas universidades, que de alguma forma visam manter a assistência, precisam recorrer a outras verbas que custeiam atividades como ensino, pesquisa e extensão, tornando assim, comprometidas outras questões orçamentárias. Araújo acrescenta que a Política de Assistência Estudantil sofre uma profunda deterioração em seus programas básicos (alimentação e moradia estudantil), intensificando-se os esforços para que essa política seja mantida, das entidades engajadas na luta pela efetivação dos direitos na área da educação (ARAÚJO, 2007, p. 5).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis – FONAPRACE, criado em 1987, com “a finalidade de fortalecer a política estudantil concebida como direito” (ARAÚJO, 2007, p. 5), assim como a União Nacional de Estudantes – UNE e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes – SENCE, uniram forças para recorrer às lutas pela assistência ao estudante, não só pela sua permanência, mas por toda formação ampliada.

Segundo a supracitada autora (2007, p.6), estes sujeitos coletivos, juntamente com os movimentos estudantis, lutaram pela efetivação do direito à assistência estudantil na forma da lei e contra a privatização orientada pelas organizações estrangeiras, que visam a qualificação para atender as demandas do mercado.

## **2.2 A Luta dos Sujeitos Coletivos (UNE, SENCE e FONAPRACE) e o PNAES: Por uma Política de Assistência Estudantil nas IFES Brasileiras**

### **2.2.1 Movimento Estudantil Universitário**

A luta dos estudantes em prol de melhorias na assistência estudantil configura-se desde sua existência em 1937 com a União Nacional dos Estudantes-UNE, movimento esse que se fortalece com o Congresso da UNE- CONUNI, onde são realizados encontros com estudantes de todas as regiões brasileiras, no qual são traçados ideias e planos que intensifiquem suas reivindicações no âmbito da assistência estudantil.

Segundo Leite (2015), a luta contra a política neoliberal adotada nos governos FHC e na primeira gestão do governo Lula, tornou-se o centro da agenda do movimento estudantil, em detrimento do ajuste macroeconômico que acarretou num agravamento no quadro social, em níveis sem precedentes, como desemprego e subemprego, sob a égide das políticas monetária, cambial e fiscal, próprias deste ideário neoliberal. Assim, o movimento estudantil fez reivindicações pela democratização do acesso ao ensino superior, pela ampliação de vagas nas universidades públicas e pelo aumento progressivo dos investimentos em educação, em virtude da contrarreforma neoliberal efetivada em FHC, tendo continuidade no primeiro mandato de Lula.

Diante disto, Leite destaca que:

O crescente processo de privatização da educação superior vem sendo defendido pelo Banco Mundial como democratização deste nível de ensino, numa nítida ruptura com a lógica da universalidade do acesso à educação. Cria-se, assim, o fetiche da democratização velando-se um fenômeno que ocorria nos países periféricos:[...] uma concepção de que esta expansão/democratização‘ deveria ser efetivada através da ampliação do processo de participação dos setores privados no financiamento e execução da política educacional (LEITE, 2015, p. 222).

Os coletivos estudantis, em sua luta, entendiam que a expansão nas universidades por um ensino de qualidade e gratuito implicava, também, na contratação de funcionários efetivos mediante concurso público, tendo em vista a demissão em massa ocorrida na era Collor-FHC, em face da implantação de novas regras para o trabalho e a previdência e da não realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas ociosas nas IFES (LEITE, 2015, p.226).

Para o então Ministro da Educação Haddad, o projeto de reforma universitária (PL 7.200/06) tinha o objetivo central de criar condições para a expansão do ensino superior, com qualidade e equidade, visto que, atualmente, apenas 9% dos jovens, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, cursam uma universidade. Portanto, nas reivindicações da UNE, incluía-se a criação de condições de permanência dos estudantes de baixa renda nas IFES brasileiras. (LEITE, 2015, p.238).

Leite observa que:

Não é por acaso que ocorre a inclusão da assistência ao estudante no Art. 1º do Decreto nº 6.096, de 24.4. 2007: Fica instituído o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (2015, p. 295).

A autora (2015, p.296) destaca ainda que, “A instituição do PNAES em 2007, através de uma Portaria do MEC, é apresentada à sociedade e ao movimento estudantil como um desdobramento do processo de expansão e reestruturação das IFES brasileiras: O PNAES era estratégico para o governo porque consolidaria o REUNI”. Portanto, vale ressaltar que, “tais reivindicações não foram exclusivas da UNE, mas também constam nos documentos produzidos pela Secretaria Nacional de Casas de Estudantes - SENCE e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis” (FONAPRACE). A autora ressalta que esses três importantes sujeitos coletivos lutaram pela institucionalização da assistência ao estudante nas IFES brasileiras (2015, p.296-7).

O coletivo Kizomba faz uma observação às diretrizes advindas dos organismos multilaterais, para demonstrar que estas, estão totalmente avessas à concepção da educação superior pública e a assistência como direito a ser garantido pelo Estado:

Se a educação é considerada, em um governo neoliberal, um *custo* e não um *investimento* em uma geração (pois não há um retorno econômico imediato), ela está, automaticamente na lista do que pode ser cortado, sem qualquer ônus para essa política de desenvolvimento econômico (KIZOMBA *apud* LEITE, 2015, p. 300).

Em seus estudos, Leite diz que a SENCE é composta por residentes de casas de estudantes, entidade que apoia e defende a luta do movimento estudantil e uma assistência estudantil de qualidade. Esta entidade surgiu em 1968, no período da Ditadura militar e se ergueu nacionalmente em 1987 como representante das casas de Moradia Universitária. “[...]Nos Encontros Nacionais, são discutidos pontos referentes à política de assistência estudantil, onde não apenas discutem a moradia, mas também outros aspectos que garantem o acesso e a permanência do estudante na instituição” (LEITE, 2015, p. 306-7).

Diante da luta desses sujeitos coletivos, a supracitada autora menciona um fator importante da Bolsa Permanência e que intencionou o nosso estudo, no âmbito da assistência estudantil. Em suas palavras:

Com relação à reivindicação de Bolsa Permanência sem contrapartida, estase encontra no documento produzido pelo Movimento dos Residentes. Neste, é possível constatar a insatisfação dos estudantes com relação à bolsa permanência, antiga Bolsa-Trabalho, nas seguintes unidades de registro: ‘Desvinculação da Bolsa Permanência de qualquer contrapartida trabalhista, permissão do acúmulo de Bolsa Permanência com Bolsas de pesquisa, extensão, PET ou monitoria, Reajuste anual do valor da Bolsa Permanência’ (MORE, 2009).

A autora (2015) ressalta as reivindicações do próprio movimento, onde estudantes insatisfeitos com a contrapartida laboral para a bolsa Permanência faziam uma crítica chamando de “assistencialismo puro”, uma vez que comprometia a qualidade da formação daqueles estudantes de baixa renda que na maioria dos casos, tinham de trabalhar e não se acrescentavam, nesta jornada de trabalho, em seu aprendizado acadêmico:

Assistência estudantil não é colocar o estudante no lugar de um funcionário que se aposentou e lhe disponibilizar uma bolsa de vinte horas semanais com remuneração de 150,00 reais mensais. Isto é assistencialismo puro, acontece em várias universidades hoje e não ajudará ninguém a concluir seu curso com bom aproveitamento. As atividades de bolsa de assistência estudantil, se é que são necessárias, devem ser atividades que propiciem ao bolsista um espaço de aprendizado. Um dos principais motivos dos altos índices de evasão, retenção e reprovação nas universidades é justamente a necessidade que estudantes de baixa renda têm de trabalhar e assim acabam

comprometendo sua formação superior, muitas vezes por completo. (SENCE *apud* LEITE, 2015, p. 309).

Como fora mencionado anteriormente, os governos neoliberais, com o discurso de enxugar gastos e amortecer a dívida externa, reduziram potencialmente os gastos públicos. “No âmbito das IFES, além do sucateamento, ocorreram aposentadorias em massa dos professores e dos técnico-administrativos em face da implantação de novas regras para trabalho e previdência”(LEITE, 2015, p. 309). Sendo assim, juntamente com a escassez de concurso público para preencher as vagas ociosas nas IFES, os bolsistas executavam atividades de cunho administrativo, servindo de mão de obra barata. Com isso, a UNE, articulando com outras entidades a reivindicação de novos concursos públicos, une-se com a SENCE, representada pelos residentes, para levantar essa bandeira, pois esse quadro incidia negativamente na qualidade da formação acadêmica dos estudantes. Esse cenário delineou-se no primeiro período da gestão do governo Lula. (LEITE, 2015, p. 309).

Mediante a situação, percebe-se que a SENCE teve um papel importante na institucionalização da assistência ao estudante, uma vez que não havia em 1997 uma rubrica específica para a assistência estudantil e essa entidade se engaja na luta pela volta dessa rubrica proveniente do orçamento geral da união em 20% diretamente para o fundo da assistência estudantil. Assim, a autora destaca as reivindicações da SENCE: “Retorno da rubrica específica para a Assistência Estudantil referenciada no PNAES; Implementação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil que reflita as necessidades e direitos das/os estudantes” (SENCE *apud* LEITE, 2015, p. 310).

Ainda em seus estudos, a autora acrescenta que o percentual liberado para a Assistência Estudantil pelo governo Lula de 5% era insuficiente e não atendia as necessidades dos estudantes, então a Associação Nacional dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior-ANDIFES, subsidiada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários Estudantis - FONAPRACE, apresentou uma proposta para a segunda versão do Anteprojeto de lei, que foi o aumentado percentual para 15%, mas só foi aprovado pelo governo o aumento de 9%. Esta medida consta no parágrafo único do artigo 46 do Projeto de Lei 7.200/06: “As instituições federais de ensino superior deverão destinar recursos correspondentes a pelo menos nove por cento de sua verba de custeio, exceto pessoal, para implementar as medidas previstas neste artigo”, (LEITE, 2015, p.313).

Portanto, segundo Leite (2015), nos documentos postados pela SENCE e pelo Movimento Estudantil, de modo geral, todas as suas reivindicações no campo da assistência

ao estudante universitário vêm atreladas a outras reivindicações no campo da educação superior. Assim, destacamos as reivindicações da SENCE: “Lutamos por uma universidade pública, gratuita, de qualidade, com ensino pesquisa e extensão para todos, Pela revogação das medidas provisórias em vigor, parte da reforma universitária, como o do PROUNI, da lei de inovação tecnológica e do decreto das fundações de apoio” (SENCE *apud* LEITE, 2015, p.319).

Assim como a UNE e a SENCE, o FONAPRACE também lutou por melhorias no âmbito da assistência ao estudante de baixa renda nas universidades públicas brasileiras. Leite (2015, p.323), afirma que:

As reivindicações deram-se em virtude da existência de bolsas nas IFES com valores irrisórios, da inexistência de programas para alunos estrangeiros, da precária prestação de serviços psicológicos, médicos e odontológicos aos alunos de baixa renda. Quanto aos programas essenciais para a permanência do aluno na universidade, como restaurantes e moradias, as condições dos equipamentos e das instalações físicas eram muito precárias, além da falta de recursos humanos e da insuficiência de recursos financeiros para manutenção e de vagas.

Diante da extinção da rubrica para a assistência estudantil por FHC, em 1997, a assistência estudantil nas universidades públicas ficou á mercê da sensibilidade e da vontade política dos gestores das IFES e que, nessa conjuntura, difundia a ideia de que nas universidades federais a elite era a maioria (LEITE,2015).Em suma, uma assertiva do FONAPRACE:

Já é lugar comum a afirmação de que os filhos dos ricos estão nas universidades públicas e os filhos dos pobres, nas particulares. Constatado esse dado, que o discurso privatista transforma em verdade absoluta, passa-se a justificar a campanha que a rede privada do ensino superior desenvolve para conseguir maior percentual de subsídios do poder público. A partir do discurso de que os filhos dos ricos são os que estão nas universidades públicas, a tendência das autoridades governamentais tem sido a de desativar os programas de assistência ao estudante (FONAPRACE *apud* LEITE, 2015, p. 324).

O FONAPRACE, juntamente com a ANDIFES, realizou pesquisas para analisar o perfil socioeconômico dos estudantes, “[...] comprovando através dos dados obtidos nas duas pesquisas uma realidade distinta, abrindo terreno para a ampliação das pressões em prol da assistência estudantil com o protagonismo do movimento estudantil, através da UNE e da SENCE, culminando na elaboração da Política Nacional de Assistência Estudantil” (LEITE, 2015, p.330-1).

Essa pesquisa além de mostrar um número considerável de alunos de baixa renda nas instituições públicas, revelou também que eles tinham dificuldades para se manter no curso até o fim, levando as entidades (UNE, SENCE e FONAPRACE) a lutarem por um orçamento específico que se destinasse à implementação de uma política de assistência ao estudante nas IFES brasileiras. Portanto, o combate à desigualdade no interior das IFES, através da estruturação de uma política de permanência, torna-se uma bandeira de luta tanto dos movimentos estudantis, quanto do FONAPRACE.

No ano de 2002, o Movimento estudantil articulou-se ao FONAPRACE no processo de luta pela aprovação da chamada *Emenda ANDIFES*. No que tange à destinação de recursos, consta na Pauta do Resultado de Emendas ao Orçamento 2002, da Comissão de Educação, no Senado Federal, especificamente a emenda 02 - de autoria dos senadores Geraldo Cândido, Ricardo Santos, Emília Fernandes, Marina Silva, Marluce Pinto, Álvaro Dias e Mauro Miranda -, que destina o valor de R\$ 46.190.236,00 à assistência ao educando do ensino de graduação. No entanto, não houve a aprovação do valor total, constante na referida emenda, e sim de apenas 5 milhões (LEITE, 2015, p. 311).

Assim, a autora expõe em sua tese, a preocupação dos estudantes no âmbito da assistência estudantil, quanto ao modelo implementado pelo governo federal pautado na democratização do acesso como fator de inclusão social, uma vez que os residentes justificam sua preocupação com a falta de uma estrutura adequada que atendesse a essa nova demanda de alunos de baixa renda, num contexto de implementação de ações expansionistas nas IFES:

Outros fatos também nos comprovam essa lógica perversa: a qualidade dos alimentos nos restaurantes universitários (quando há), a falta de estrutura das casas, o valor das bolsas- trabalho insuficiente, ausência de auxílio transporte, ausência de serviço de saúde adequado, falta de creche para as mães e pais estudantes, falta de apoio pedagógico e de programas de inclusão digital (SENCENNE *apud* LEITE, 2015, p. 357).

Leite (2015) destaca uma unidade de contexto retirada de um documento da UNE, que comemora a volta da rubrica específica para a assistência ao estudante como fruto da luta do movimento estudantil:

Após muita luta e pressão, uma expressiva vitória veio coroar o fim desta gestão. No dia 29 de junho de 2007, o ministro da educação, Fernando Haddad, reunido com diretores da UNE em Brasília, anunciou a volta da rubrica específica (extinta em 1997) no orçamento do MEC para Assistência Estudantil. Essa foi uma das principais reivindicações da UNE na sua permanente política de defesa do estudante de baixa renda. A rubrica vai garantir o investimento de cerca de 200 milhões para a manutenção e construção de novas moradias estudantis, restaurantes universitários,

bibliotecas, atendimento médico, bolsas-auxílios, entre outros direitos. (UNE *apud* LEITE, 2015, p. 347).

Os estudos de Leite ainda revelam que os estudantes demonstraram um entendimento crítico da lógica de privatização implícita nas medidas implementadas nas universidades públicas brasileiras na primeira e segunda gestão do governo Lula. Esta chamada ‘contrarreforma’, consiste nos interesses burgueses que provoca um sucateamento da educação. Leite nos acrescenta que “a educação passa a ser uma mercadoria, e não mais um direito. O tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) fica comprometido e atrelado ao viés mercadológico da educação superior no Brasil” (LEITE, 2015, p. 356).

A supracitada autora ainda relata que no segundo mandato de Lula, o FONAPRACE também propôs mais investimento por parte do governo federal para a assistência aos estudantes nas IFES e o seminário ‘O Serviço Social na Assistência Estudantil’, realizado em 10 de abril de 2010, na sede da ANDIFES, promulgava por essas ações e tinha como proposta:

Assegurar a formação de equipes multiprofissionais construídas formal e exclusivamente para o desenvolvimento da assistência Estudantil e cuja formação respeite a proporcionalidade estudante-profissional e se dê por meio de concurso público e combater, rigorosamente, as contrapartidas das Bolsas Permanência que exijam dos estudantes a prestação de serviços administrativos, ressaltando que sua natureza é exclusivamente acadêmica (ensino, pesquisa e extensão), estimulando, nas IFES, o debate sobre esta questão controversa (FONAPRACE *apud* LEITE, 2015, p. 362-3).

Leite (2015) afirma que para o Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, o período de 2007 a 2010 foi marcado por muitas e acaloradas discussões e diversos encaminhamentos junto à ANDIFES e ao MEC, culminando na sanção do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) no Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o FONAPRACE (*apud* LEITE, 2015, p.363) esse foi um momento histórico e um marco na luta pela institucionalização da Assistência ao Estudante Universitário.

### **2.3 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): por uma Assistência Estudantil Equânime nas IFES Brasileiras**

O Plano Nacional de Assistência Estudantil foi publicado em sua primeira versão em 1998, trazendo em seu bojo as diretrizes norteadoras para definição de programas e projetos na área da assistência estudantil, porém só foi aprovado em julho de 2007, pela ANDIFES, determinando que:

O PNAES se efetivaria por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Universidades Federais [...] foi então adotado e lançado pela ANDIFES em agosto de 2007, como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida. (FONAPRACE *apud* LEITE, 2015, p. 374).

Ao que se remete ao PNAES, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis diz que, sendo criadas as condições de permanência dos estudantes de baixa renda na universidade, as desigualdades seriam reduzidas, mas não seria decisivo para a permanência e êxito acadêmico do aluno em situação vulnerável. Segundo o FONAPRACE, essa base legal garante por intermédio da assistência estudantil, o direito à educação superior, como determina o referido Plano:

[...] a Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE *apud* LEITE, 2015, p.376-7).

Vale ressaltar que a portaria Normativa nº 39 de julho de 2007, do ministro Fernando Haddad, foi sancionada como decreto lei nº 7.234, em julho de 2010, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual o PNAES passa a ser configurado como um programa de governo e esse programa, além de contemplar as dez áreas que envolve a assistência estudantil foi fruto das diversas reivindicações dos sujeitos coletivos em prol de uma assistência estudantil, que pudesse atender o aluno baixa renda, onde o mesmo tivesse condições de ingressar e concluir sua graduação numa universidade pública.

A autora também destaca a base legal do PNAES:

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). Entende-se que este dispositivo legal aponta, sem sombra de dúvida, para a assistência ao estudante como direito. Tal princípio está contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20.12.96: Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (LEITE,2015, p.373).

Já nos artigos 1º e 2º do referido decreto, a autora expõe a finalidade e objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (LEITE *apud* PNAES, 2015, p.377).

Segundo o FONAPRACE (2007) o PNAES está direcionado a “um grande contingente de jovens que não têm oportunidade de educação, cultura e lazer possam, através deste, ter condições mínimas de moradia e saúde”. O Fórum ressalta que: [...] o engajamento das universidades públicas, não apenas no debate, mas concretizando ações que possibilitem o acesso e sobretudo a permanência no meio universitário em condições dignas e de forma equânime (FONAPRACE *apud* LEITE, 2015, p. 379).

Almeida afirma que, foi pensando na inclusão social, melhoria no rendimento acadêmico e nas condições de vida dos estudantes universitários, que o PNAES foi criado, tomando como base as áreas estratégicas, como moradia, esporte, alimentação, saúde, acesso a biblioteca e outros, conforme as diretrizes do próprio Decreto nº 7.234/10. (2013, p.43).

Assim, a autora relata que a efetivação desse decreto contribuiu não só para a formação profissional dos cidadãos, como para a efetivação de pesquisas científicas e tecnológicas, mas para a formação de uma sociedade norteada por princípios éticos e democráticos. Portanto, caberá às IFES, a execução dessa política pública, por intermédio de uma correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiro do PNAES, conciliando entre uma permanente qualidade acadêmica o cumprimento dos seus objetivos sociais (ALMEIDA, 2013, p. 45).

Nessa direção, Fernandes observa que:

O PNAES é um programa que garante apoio aos graduandos de baixa renda, matriculados na modalidade presencial nas IFES, de forma a democratizar as condições de permanência dos estudantes, reduzindo a evasão e retenção. [...] de acordo com a portaria normativa nº 39 ele se efetiva por meios de ações de assistência estudantil vinculada ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão e destina-se aos alunos matriculados em curso de graduação presencial nas IFES. (2012, pp. 137-8).

Desta forma, a autora atenta para um fato importante quanto ao PNAES, expresso no art.3º do decreto nº 7.234/2010: [...] “as ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades junto ao seu corpo discente” (LEITE,2013, p.138). Deixando claras as especificidades de cada instituição, levando em consideração suas limitações e potencialidade, contrapondo-se com a demanda estudantil de forma a efetivar propostas que garantam o acesso e permanência dos graduandos nos cursos.

Percebe-se que, apesar das lutas das entidades envolvidas (UNE, SENCE E FONAPRACE) pela institucionalização da política de assistência estudantil e de sua efetivação dentro das IFES, as informações sobre o PNAES, segundo Fernandes (2012), as conquistas são prematuras, mas deve-se levar em consideração uma conquista histórica da educação e dos profissionais que atuaram diretamente com a assistência ao estudante nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Segundo Melo et al (2014), a pressão do FONAPRACE, em parceria com os estudantes, levou o governo a implementar o PNAES, o qual prevê recursos específicos para assistir aos estudantes de baixo poder aquisitivo nas IFES. Hoje, as universidades recebem o recurso próprio para a Assistência Estudantil, pois antes de sua implementação, cabiam às próprias instituições federais dividir a verba federal sem muito critério e, assim, destinar o que bem entendesse à assistência estudantil para Leite (2015), ficam perceptível as lutas da UNE, SENCE e FONAPRACE em prol da assistência ao estudante universitário para a efetivação da mesma, enquanto política pública, ou seja, para que esta fosse mantida com recursos do Governo Federal.

Assim, a autora expõe que:

O Fórum defendia a necessidade de criação de mecanismos que viabilizassem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressavam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas pelos estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados [...] a não existência de um orçamento específico destinado a sua implementação, vinha impedindo que se ampliassem projetos de apoio ao

estudante de baixa renda nas universidades, o que muitas vezes acarretava no aumento do índice de retenção ou desistência desse alunado que, segundo o governo, acarretava gastos para os cofres públicos (ANDIFES, 2007 *apud* LEITE, 2015, p. 174).

Nesse cenário, o FONAPRACE já deixava clara a necessidade de que fossem criadas as condições de permanência dos estudantes de baixa renda nas universidades para que fossem minimizadas a desigualdades social, visível no interior das IFES brasileiras. Em suas palavras:

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de provenientes segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (ANDIFES, 2007 *apud* LEITE, 2015, p.175).

Desta forma, a luta por uma rubrica específica para um programa que assistisse aos estudantes em situação de vulnerabilidade social nas IFES brasileiras, caracterizou um movimento que ansiava pela sanção do PNAES, e isto ocorreu quando este foi sancionado Decreto lei nº 7.234 em julho de 2010, onde o governo destinava verbas para as instituições federais de ensino de maneira que pudessem proporcionar aos discentes, condições de permanência e conclusão do curso. Vale ressaltar que os recursos do PNAES passaram a materializar-se, também, através de bolsas ofertadas nas universidades públicas.

Abordaremos na próxima seção, como se deu a materialização do recurso do PNAES, especificamente na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, detalhando a distribuição nos programas de assistência ao estudante, com destaque para o Programa de Bolsa Pró-Graduando – BPG, cujo fim é identificar a atual tendência deste programa assistencial na Universidade Federal Alagoas.

## **2.4 A Materialização do PNAES na Universidade Federal de Alagoas**

Para um melhor entendimento da realidade da Universidade Federal de Alagoas – UFAL no âmbito da Assistência Estudantil faremos uma breve contextualização de como se deu a introdução dos programas de assistência ao estudante.

As seis Pró-Reitorias que a Universidade Federal de Alagoas dispõe, são: Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPEP, Pró-reitoria de Extensão – PROEX, Pró-reitoria de Gestão Institucional – PROGINST, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, Pró-reitoria Estudantil – PROEST, esta última, é a responsável pela Assistência ao Estudante. A PROEST desenvolve programas mediante quatro linhas prioritárias de ação – Ação e Permanência; Apoio ao Desempenho Acadêmico; Promoção da Cultura; do Lazer e do Esporte; e Assuntos de Interesse da Juventude. Destas linhas, resultam programas de assistência à saúde, à moradia, à alimentação, bolsa-permanência, programas de apoio à vida acadêmica nas dimensões social, política, esportiva e de formação técnica.

Segundo Marinho e Alves (2013),

A Pró-reitoria Estudantil participa ativamente das atividades do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários Estudantis – FONAPRACE, desde sua criação, o que tem possibilitado ganho significativos na implementação da política de assistência ao estudante. Assim os programas ações da PROEST – UFAL, por seus resultados, vêm minimizando os efeitos das desigualdades sociais, inserindo os estudantes de formação profissional e cidadã, cujo apoio financeiro permite custeio das despesas como transporte, material acadêmico, bem como com as atividades culturais, científicas e acadêmicas. (2013, p. 9)

Baseado nos estudos de Leite (2015) sobre a materialização do recurso do PNAES na UFAL, a autora cita as dez áreas determinadas pelo Decreto nº 7.234/10: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, Inclusão Digital, Cultura, Esporte, Creche, Apoio Pedagógico, Acesso, Participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Para efeito de estudo a autora situa, outros serviços oferecidos como:

Bolsas e Programas, agregando-os em áreas, por ela denominada, como Outros1: Desempenho Acadêmico/Permanência; Outros2: Programa de permanência articulado ao ensino, pesquisa e ou extensão, Outros 3: Programa de Ação afirmativa/Acesso ao ensino superior (LEITE, 2015).

Na quadro a seguir, Leite (2015) mostra as áreas/programa se as respectivas fontes de recursos na UFAL, em 2014. Destacamos os itens “Desempenho acadêmico/permanência” e “Programas de permanência articulado no Ensino, pesquisa e Extensão”.

<b>ÁREAS ATENDIDAS</b>	<b>FONTES DE RECURSOS</b>
Moradia	PNAES + Recursos próprios
Transporte	PNAES+ Recursos próprios
Alimentação	PNAES+ Recursos Próprios
Apoio pedagógico	Não existe para a fonte de recursos
Inclusão digital	Bolsa BDAI (REUNI)+ PNAES
Cultura	Bolsa BDAI (REUNI)+ PNAES
Creche	Recursos do PNAES (alimentação) +Cotas para filhos de estudantes
Esporte	Ministério de esporte + Bolsa BDAI (REUNI)
Atenção á saúde	Não existe para a fonte de recurso
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	MEC
Desempenho Acadêmico / Permanência	PNAES (Bolsa Pró-Graduando) e MEC (Bolsa Permanência)
Programa de permanência articulado ao ensino, pesquisa e ou extensão	Bolsa BDAI (REUNI)
Programa de Ação afirmativa/ Acesso ao ensino superior	Não existe para a fonte de recurso

Fonte: Leite (2015)

Os dados revelam a existência de programas de permanência, sejam aqueles implementados com recursos exclusivos do PNAES (Bolsa Pró-Graduando), seja o Programa de Bolsa Permanência – PBP, implementado pelo MEC (com recursos advindos deste

ministério) que, por sua vez, implica a adesão das IFES (LEITE, 2015). Destacamos, em nossos estudos, o Programa Bolsa Pró-Graduando na UFAL.

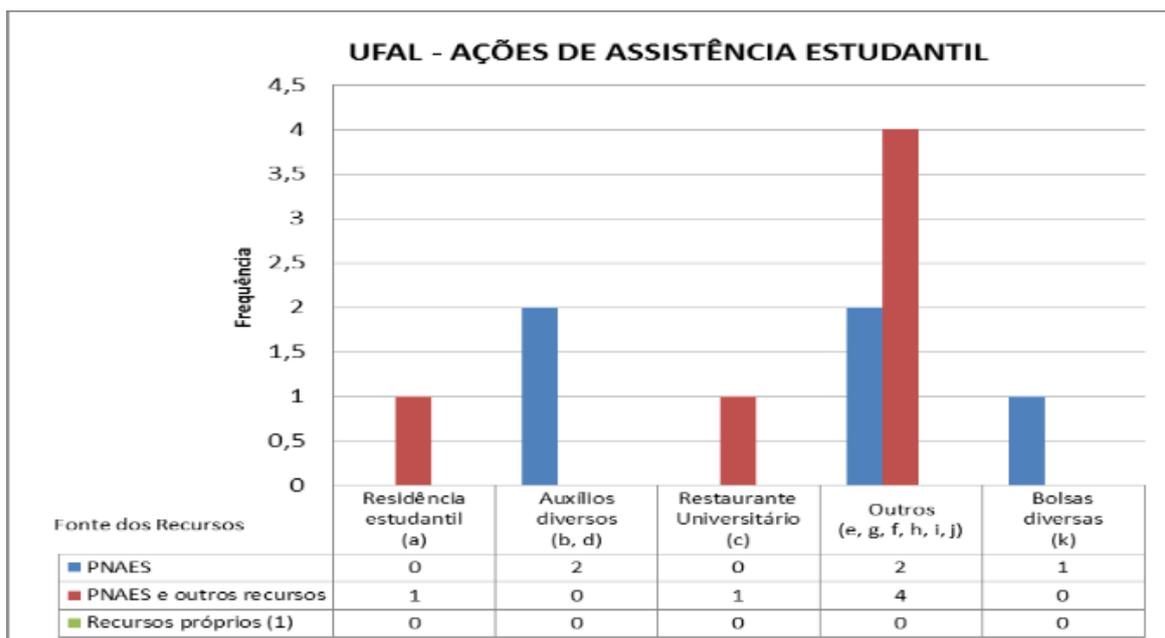
Vale ressaltar que as Instituições Federais de Ensino Superior que concedem bolsa permanência tiveram que mudar sua nomenclatura, devido à criação do Programa Bolsa Permanência do MEC – PBP, em 2013. Assim, a bolsa destinada ao aluno de baixa renda na UFAL já foi intitulada de Bolsa Estudo-trabalho, em seguida, Bolsa Permanência e, a partir de 2013, como Bolsa Pró-graduando-BPG, com contrapartida de 12h semanais.

Em seus estudos, Leite discorre sobre o Programa Bolsa- trabalho que tinha a contrapartida de 20h.

Essa modalidade de bolsa vigorou durante toda a gestão do governo Lula, e sua base legal era o PNE 2001, artigo 34, incluído no Plano a pedido do FONAPRACE. Esta modalidade de bolsa exigia uma contrapartida de trabalho por parte do estudante, sendo este o motivo de grande contestação do Movimento dos Residentes (MORE) (LEITE, 2015, p.399).

Na quadro supramencionada percebe-se, também, a existência de programas de permanência que tem por objetivo ações voltadas para ensino, pesquisa e extensão. A UFAL tem um olhar voltado para essa dimensão, destacando o Programa de Desenvolvimento Acadêmico-institucional-Bolsa BDAI e o Programa de Ações Interdisciplinar-PAINTER, os quais incentivavam, com recursos do REUNI e recursos do PNAES, respectivamente, em 2014, os estudantes a participarem de projetos de interesse institucional, voltados à pesquisa e/ou extensão.

No gráfico abaixo, LEITE (2015) destacou que em 2014, na UFAL, predominava a utilização de recursos do PNAES, acrescido de outra fonte de recursos, em diversas ações assistenciais que abrangem as áreas: transporte, inclusão digital e creche (NDI/creche-escola). Inclui-se, também, o programa de apoio e incentivo à participação em eventos.



Fonte: Leite(2015)

Notas:

- 1) Sem adição de outros recursos.
- a) Residência estudantil
- b) Auxílio Moradia
- c) Novo Restaurante Universitário
- d) Auxílio Alimentação
- e) Programa de Apoio e Incentivo à Participação em Eventos (ajuda de custo)
- f) Transporte da UFAL para apresentação de trabalho
- g) Centros de Inclusão Digital (CID)
- h) FEMUFAL
- i) Núcleo de Desenvolvimento Infantil (CEDU)
- j) Programa de Ações Interdisciplinares (PAINTER)
- k) Bolsa Pró-graduando

Leite (2015, p. 406) verifica que os programas assistenciais ainda são executados com os recursos do PNAES em sua maioria, complementados com outros recursos. Estes recursos são utilizados “em diversas ações assistenciais abrangendo as seguintes áreas: transporte, inclusão digital e creche (NDI/creche-escola)”, bem como em “projetos na área da cultura e em programa que articula as ações de permanência às atividades de ensino, pesquisa e extensão. (Conforme descrição nas notas da supracitada figura)”.

Na seção seguinte, discorreremos sobre a Pró-reitoria Estudantil no âmbito de suas ações e programas, situando especificamente, a Bolsa Pró-Graduando, foco de nosso estudo, visando mostrar a atual tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando na Universidade Federal de Alagoas.

## 2.5 A Tendência do Programa Bolsa Pró-graduando UFAL

Para uma melhor compreensão da atual tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando ofertado pela Universidade Federal de Alagoas, faz-se necessário mostrar o que é a Pró-Reitoria Estudantil e o que ela oferta em termos de programas e serviços aos alunos, uma vez que, advém de camadas da sociedade cujo grau de vulnerabilidade demanda ações de assistência social.

Segundo Melo et al (2014, p. 6)“a PROEST tem como finalidade assistir à comunidade estudantil em toda sua plenitude, bem como planejar, gerir e executar as políticas e atividades estudantis, promovendo ampla integração do corpo discente, comunidade e Universidade”.

Os referidos autores expõem ainda que,

[...] a Pró-Reitoria Estudantil, acompanhando a concepção de universidade comprometida com os esforços da sociedade na superação das desigualdades sociais, exerce seu papel político-pedagógico através da democratização do acesso ao ensino superior e da formação de profissionais competentes com consciência ética e capacidade crítica para o desenvolvimento regional. Com isso, a formulação da política de assistência ao estudante na UFAL, por meio da PROEST desenvolve programas mediante quatro linhas prioritárias de ação – inclusão e permanência; apoio ao desempenho acadêmico; promoção da cultura, do lazer e do esporte; e também assuntos de interesse da juventude. Destas linhas, resultam programas de assistência à saúde, à moradia, à alimentação, bolsas permanência, programas de apoio à vida acadêmica nas dimensões social, política, cultural, esportiva e de formação técnica (MELO et al, 2014, p. 6)

Segundo os supracitados autores, os programas e ações da PROEST/UFAL, por seus resultados, têm minimizado os efeitos das desigualdades sociais, de forma que os estudantes são inseridos nos programas de formação profissional e cidadã, cujo apoio financeiro ajuda no custeio das despesas com transporte, material acadêmico, bem como as atividades culturais, científica e acadêmica. Na Pró-Reitoria Estudantil,“ [...] as ações dos demais profissionais são executadas em parceria com os Assistentes Sociais, que por sua vez, saberão como gerir o andamento de cada atitude profissional dentro do âmbito da Assistência Estudantil” (MELO et al, 2014, p.10-1).

A Pró-Reitoria Estudantil oferece os seguintes programas: Encaminhamento Médico, Cartão Odontológico, Ajuda de custo, Bolsa Pró-Graduando (antiga bolsa permanência), ajuda de custo com fim moradia, Bolsa de Desenvolvimento Institucional, Auxílio

Alimentação, Restaurante Universitário (RU) e Residência Universitária (RUA). Melo et al (2014, p. 11) ainda acrescentam que a PROEST “visa atender e acompanhar os alunos assistidos por seus programas e ações de forma que seus direitos sejam garantidos enquanto discente desta Instituição de ensino superior”. Buscando compreender um dos programas oferecidos pela PROEST na Universidade Federal de Alagoas, discorreremos sobre a Bolsa Pró-Graduando e sua atual tendência.

A Bolsa Pró-Graduando, antiga Bolsa Estudo-Trabalho “é um programa da Pró-Reitoria Estudantil regido pela Resolução 38/96 – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de 12 de agosto de 1996, que substituiu a Resolução 63/94” (BISPO e SANTOS, 2009, p. 32). Segundo as autoras, o objetivo da concessão de bolsas consiste em proporcionar ao estudante de baixa renda, “oportunidade do exercício profissional, bem como, do ponto de vista financeiro, atender parcialmente às necessidades básicas de manutenção” (2009, p.32).

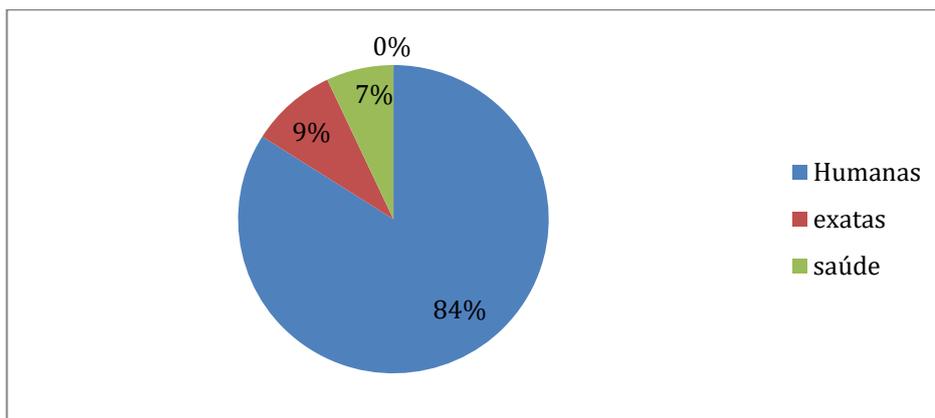
Bispo e Santos (2009) fazem uma crítica à referida Resolução, relacionando-se a legitimidade da mesma no que se refere à garantia dos direitos aos bolsistas. Elas relatam que após uma análise pormenorizada da mesma, mesmo com o processo de reestruturação acadêmica que a UFAL fez em 2004, ocasionando significativas mudanças na Universidade, não houve alterações nos aspectos legais da mesma. Bispo e Santos (2009, p. 33) percebem um desencontro, ao analisar a operacionalização do serviço social na instituição, com o que está explicitado na resolução citada anteriormente:

[...] Tais alterações referem-se à limitação para acompanhamento do programa pelo serviço social da instituição, uma vez que a responsabilidade de acompanhar/avaliar a atuação do bolsista passou a ser delegada às unidades acadêmicas e administrativas. Assim, o serviço social da PROEST, ficou incumbido de inscrever, selecionar e encaminhar o aluno ao local da bolsa.

Em seus estudos, as supracitadas autoras também realizaram uma pesquisa de campo em 2009, onde foram entrevistados 147 alunos, correspondendo a 32,69% do total de bolsistas assistidos pela Bolsa Estudo-trabalho, nos cursos de humanas, exatas e saúde, com aplicação de questionários junto aos alunos para obter uma leitura da realidade. Segundo a PROEST, o número de bolsistas nesse período totalizava 450.

Recorrendo aos dados secundários da referida pesquisa, destacamos alguns gráficos, que subsidiam nosso estudo, são eles:

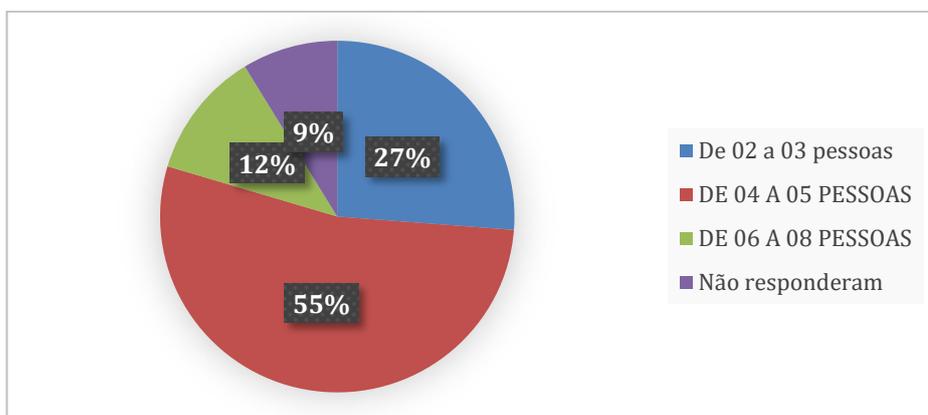
**Figura 1-Área do Curso do Bolsista**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 1 revelam que 84% dos estudantes bolsistas eram provenientes da área de humanas, 9% de exatas e apenas 7% da área de saúde, percebe-se um número maior de alunos contemplados pela bolsa estudo-trabalho nos cursos na área de humanas o que nos impulsionar a indagação de o porquê dos discente contemplados pelo Programa Bolsa Pró-graduando serem de humanas

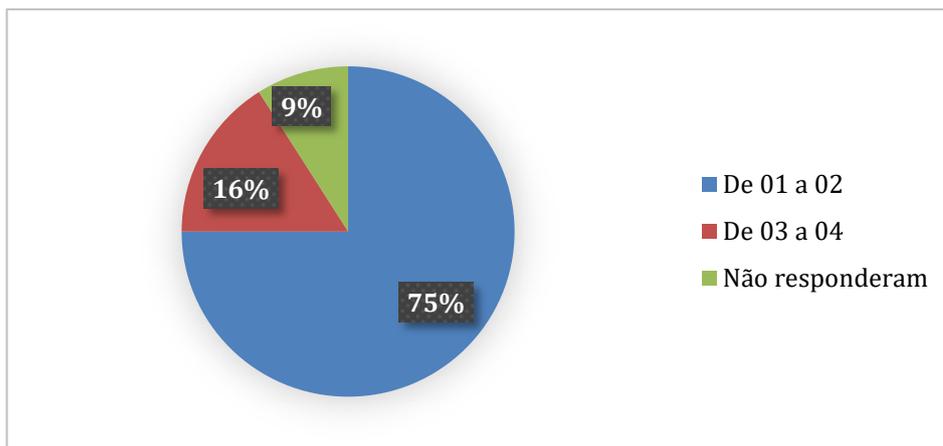
**Figura 2 Quantidade de Membros da Família**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 2 demonstraram que, a maioria dos alunos assistidos pelo programa tinha mais de quatro membros na família, onde 27% disse ter de dois a três pessoas na família, 55% de quatro a cinco membros e 12% disser que tinham de seis a oito pessoas na família e 9% não responderam.

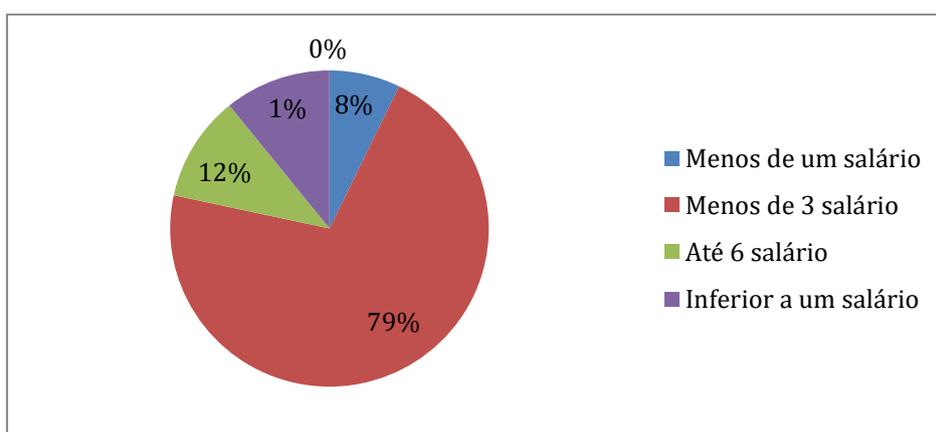
**Figura 3 Quantidade de Membros da família que Trabalham**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Segundo os dados da pesquisa realizada, em 2009 presentes na figura 3, 75% dos alunos entrevistados informaram que tinham de 1 a 2 membros trabalhando na família e apenas 16% deles disseram ter de três a quatro trabalhando e 9% não responderam. Percebe-se nas informações fornecidas pelos entrevistados, que a inserção no mercado de trabalho de membros da família economicamente ativos são poucos, revelando que os alunos assistidos necessitavam, de fato, da bolsa para permanecerem e concluírem seus cursos.

**Figura 4 Renda Familiar**

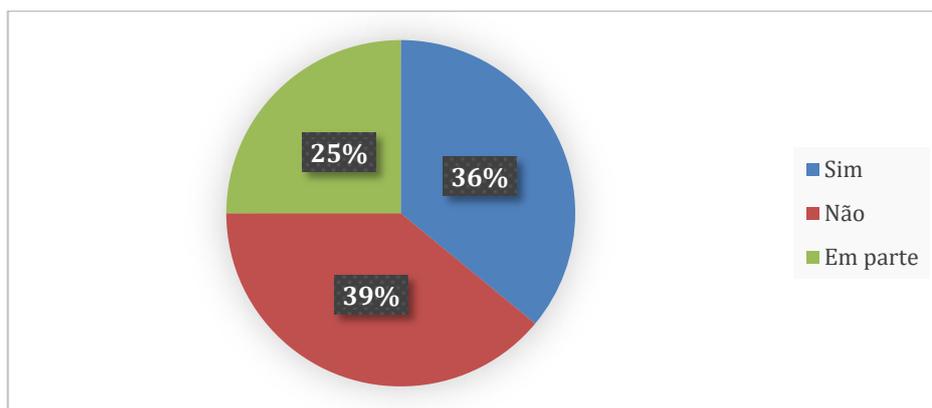


Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 4 também demonstram que em 8% dos estudantes entrevistados a renda familiar era menor que um salário mínimo, 79% tinha uma renda familiar de até três salários, 12% tinha renda familiar de até seis salários e apenas 1% disse que tinha uma renda inferior a um salário.

Bispo e Santos (2009) ainda acrescentam que os dados da pesquisa junto aos bolsistas, revelaram que dos alunos assistidos pela bolsa Estudo-trabalho, a maioria omitiu o valor exato da renda familiar, uma vez que a profissão dita pelos discentes não condiziam com os salários apresentados.

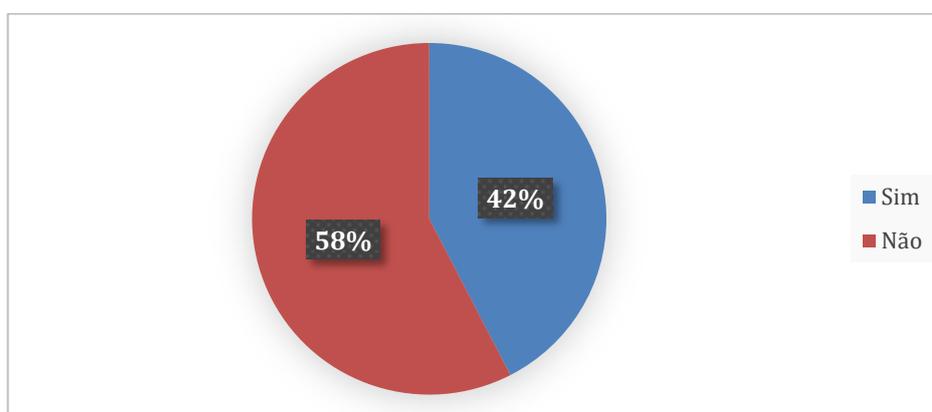
**Figura 5 Relação das Atividades Desenvolvidas com o Curso**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 5 indicam que 36% dos bolsistas entrevistados disseram que as atividades desenvolvidas estavam de acordo com o curso, 39% disseram que não havia relação com o curso e 25% afirmaram que, em parte, havia uma relação com o curso. Portanto, os dados obtidos revelam que, além de exercerem funções administrativas, as atividades desenvolvidas pelos bolsistas não tinham relação alguma com o curso escolhido.

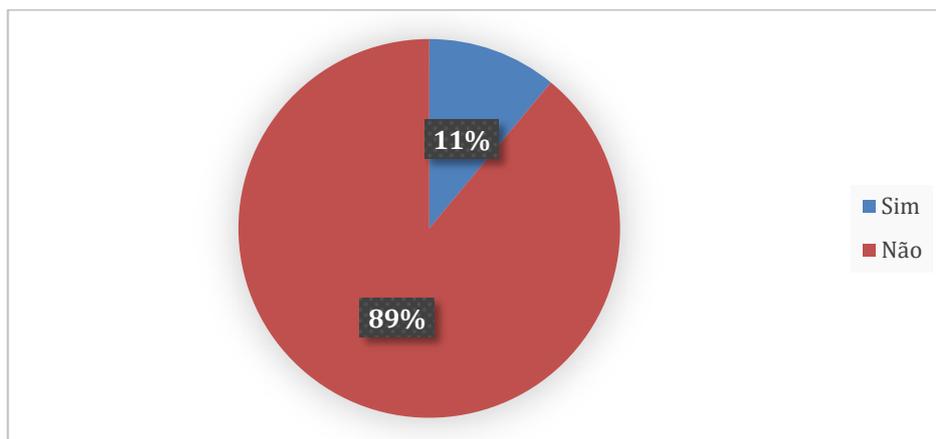
**Figura 6 Participação em Atividades Extracurriculares no Horário da Bolsa**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 6 mostraram que 58% dos alunos entrevistados, não participavam de atividades extracurriculares (palestras, seminário, etc.), e 42% afirmou participar dessas atividades, mas mencionou ter que repor essa ausência no horário da bolsa. Os dados obtidos revelaram que a bolsa ofertada comprometia o desempenho acadêmico do aluno. Segundo Bispo e Santos (2009), a minoria que participou dessas atividades extracurriculares teve, como obrigatoriedade, a reposição.

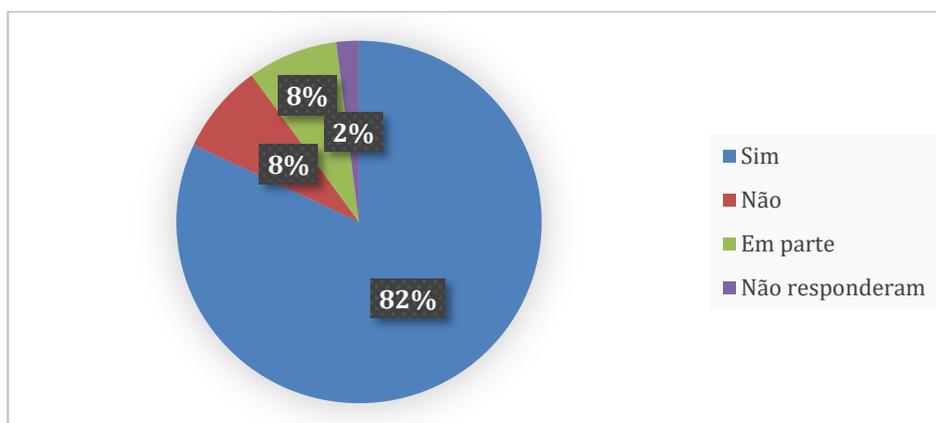
**Figura 7 O Valor da Bolsa é Satisfatório**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Segundo os dados da figura 7, 89% dos alunos assistidos pela Bolsa Estudo-trabalho estavam insatisfeitos com o valor que, no ano de 2009, era de R\$ 250,00 com contrapartida laboral de 20hs semanais, e 11% deles afirmaram estar satisfeito com o valor.

**Figura 8 A Bolsa Contribuiu para a sua Permanência na Academia**

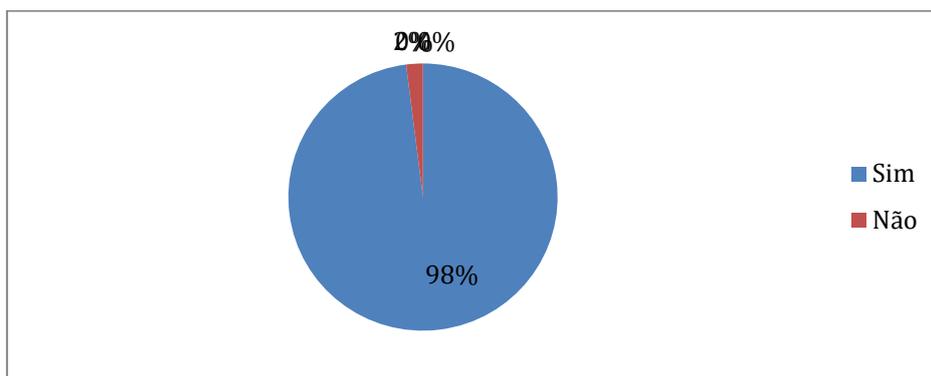


Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 8 demonstraram que 82% dos bolsistas contemplados pela Bolsa Estudo-trabalho afirmou que o referido programa contribuiu para a permanência no curso.

Segundo Bispo e Santos (2009) os entrevistados afirmaram que a bolsa supria em parte suas necessidades, a saber: transporte, lanche, copias, entre outros, e que 8% afirmaram não contribuir e os demais não responderam. Através dos dados, trazidos pelas autoras, observa-se que os estudantes com menor poder aquisitivo reconheceram a importância do programa para a sua formação, mas já ansiava por melhorias no âmbito da assistência ao estudante universitário nas IFES.

**Figura 9 O Programa deve ser Melhorado**



Fonte: Bispo e Santos (2009)

Os dados da figura 8 apontam que 98% dos bolsistas entrevistados disseram que o programa deveria ser melhorado e apenas 2% disseram que não.

Em seus estudos, Bispo e Santos (2009) explicitam que os discentes relataram que a bolsa deveria ser melhorada em diversos pontos, a saber: 49% no valor pago, 15% indicou que poderia melhorar no direcionamento das bolsas com o curso, 8% na delimitação das atividades para evitar que os estudantes exercessem atividades dos servidores, 26% na criação de um estatuto que garantisse direitos aos bolsistas (férias integral durante as férias acadêmicas, acesso gratuito ao RU, entre outros), 2% na ampliação das bolsas e 1% não respondeu.

Assim, a pesquisa realizada por Bispo e Santos (2009) revelou que havia uma necessidade de mudança no que se refere ao Programa Bolsa Estudo-trabalho e que os bolsistas reconheciam sua importância para sua permanência e conclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior. De acordo com os dados apresentados, os estudantes serem provenientes de famílias de baixa renda e estavam em situação de vulnerabilidade social, os dados ainda revelaram a inserção dos mesmos em atividades laborais no ano de 2009, na UFAL. Tal inserção, indubitavelmente comprometia o tempo dos bolsistas com relação às suas

participações em atividades extracurriculares, como congressos, seminários e palestras devido ao fato de terem que cumprir 20h semanais no programa, com contrapartida laboral.

A pesquisa revela a importância da bolsa para a permanência dos mesmos, uma vez que se tornava um incentivo para a não desistência do curso, devido à dependência dos alunos de uma ajuda financeira que viesse a custear suas despesas na academia. No entanto, a contrapartida laboral, como condição para ter direito à Bolsa “Estudo-trabalho”, em 2009 significava inserir os alunos em atividades administrativas que era da responsabilidade dos servidores da instituição, isto é, implicava na queda de seu desempenho acadêmico.

Ao analisar a luta do movimento dos residentes- MORE, em 2009, em prol da assistência ao estudante, Leite (2015) observa que,

Este movimento já alerta para o fato de que a contrapartida, em forma de prestação de serviços, tomaria quase todo o tempo de estudo do aluno e ocasionaria uma queda de rendimento acadêmico. Com isto impede que o (a) estudante de baixa renda tenha uma graduação de qualidade, anulando o objetivo central da assistência estudantil. (p. 308).

Ao debruçarmos nossos estudos sobre os relatórios de gestão da UFAL referente ao período de 2003 a 2008, percebemos que estes apresentam um número de alunos assistidos pelo programa bolsa estudo/trabalho. Segundo estes relatórios, os alunos assistidos são de baixa renda, portanto, público alvo do programa como preconiza o que determina o programa, que é a permanência e conclusão do curso dos discentes em situação de vulnerabilidade social nas universidades públicas.

Destacamos o quadro a seguir:

#### **QUADRO 1 Alunos Assistidos pelo Programa Bolsa Estudo/trabalho de 2003 a 2008.**

DISCRIMINAÇÃO	ANO					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Bolsa Estudo/trabalho						
Alunos Bolsistas	150	153	254	286	374	725(Maceió +Arapiraca)

Fonte: Relatório de Gestão da UFAL 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008.

Os dados do quadro 1, indicam que de 2003 a 2006 o quantitativo de alunos assistidos pela Bolsa Estudo-trabalho foi menor. Em seus estudos, Leite (2015, p. 399), [...] mencionou que “essa modalidade de Bolsa vigorou durante toda a primeira gestão do governo Lula, tendo como base legal o PNE 2001, artigo 34, incluído no Plano a pedido do FONAPRACE e a

mesma exigia uma contrapartida de trabalho por parte do estudante, sendo este o motivo de grande contestação do Movimento dos Residentes (MORE)”. LEITE (2015), ainda relata que, “ [...] como não havia uma rubrica específica para custear os programas de assistência ao estudante nas IFES, iniciou-se nesse período (2006) um debate em torno do PL 7.200/06, onde foi destinado 9% das verbas de custeio para a assistência ao estudante, mas as universidades já gastavam 15% do custeio” ( p.438).

Como demonstra o quadro 1, nos anos de 2007 a 2008 houve um aumento considerável de alunos de baixa renda contemplados com a referida bolsa, e isso se deu pelo fato do governo federal, em 2007, ter liberado verbas para a assistência ao estudante. A portaria nº 39 do MEC instituiu a implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES liberando verbas para o período de 2008 a 2010.

Em seus estudos, Leite (2015, p. 438) observa que,

[...] o retorno da rubrica específica para a assistência estudantil foi considerado pela diretoria da UNE como mérito de sua gestão que findava em julho de 2007, alegando que o retorno da rubrica específica no orçamento do MEC iria garantir os direitos dos estudantes de baixa de renda com investimento em torno de 200 milhões para a construção de moradias e restaurantes universitários, bibliotecas, atendimento médico, bolsas-auxílios, entre outros.

Em 2008 a UFAL, visando compreender a política de assistência estudantil como parte do processo educativo devendo articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, visou ampliar o atendimento, operacionalizando e fortalecendo esta política como meio para garantir aos seus alunos o direito à permanência e à conclusão de seus cursos (UFAL,2008).

A Bolsa Estudo/trabalho mudou de nomenclatura em 2009 e passou a se chamar Bolsa Permanência. No entanto, o processo seletivo continuou o mesmo por meio de edital e avaliação do assistente social na PROEST. Os relatórios de gestão de 2009 a 2012 demonstraram um quantitativo crescente de alunos assistidos.

Os dados do relatório de gestão de 2012 menciona que a Bolsa Permanência tem como objetivo atender o estudante em situação de risco e/ou vulnerabilidade social para ampliar as suas condições de permanência durante sua formação acadêmica presencial. Os alunos bolsistas recebem um valor de R\$ 400,00 (valor corrigido em outubro/2012), tendo que desempenhar atividades com carga horária de 12 horas semanais, prioritariamente, em setores e área de sua formação acadêmica.

O quadro abaixo revela o aumento do quantitativo de bolsas no período de 2009 a 2014.

#### **QUADRO 2 Alunos Assistidos pelo Programa Bolsa Permanência de 2009 a 2014**

DISCRICÃO	ANO					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bolsa Permanência						
Alunos Bolsistas	764	836	968	1.124	1.545(incluindo PAINTER)	1.747

Fonte: Relatório de Gestão da UFAL 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

Os dados do quadro 2 demonstram, que a partir de 2009 o número de estudantes assistidos pelo programa aumentou significativamente, em função da rubrica especifica destinada à Assistência Estudantil, com a sanção do PNAES no Decreto lei nº 7.234 de julho de 2010, na segunda gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o FONAPRACE,

[...] o período de 2007 a 2010 foi marcado por muitas calorosas discussões e diversos encaminhamentos junto à ANDIFES e ao MEC. Tal movimentação culminou com a instituição do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) através do Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010.(FONAPRACE *apud* LEITE, 2015, p.443).

Segundo os dados do quadro 2, a sanção do PNAES permitiu que houvesse um aumento de alunos de baixa renda nas universidades públicas contemplados com bolsas. Foi notório esse aumento pois, em 2010, havia 836 alunos bolsistas e, em 2014, tinha um quantitativo de 1.747 bolsistas assistidos pelo programa, lembrando que esses discentes exerciam funções administrativas nas IFES, com uma carga horaria de 12h semanais nas referidas unidades acadêmicas.

Vale ressaltar que, no ano de 2012, entra em evidência o debate sobre a função exercida pelos bolsistas e a questão da contrapartida laboral. Percebe-se que, no final de abril de 2012, iniciou-se o processo de revisão e reformulação da Cartilha do Bolsista Permanência. Tendo em vista que, a mesma tem por objetivo regular a função dos discente contemplados

pela Bolsa Permanência ofertado pela Pró-reitoria Estudantil-PROEST/UFAL. A mesma foi revisada pela PROEST, com o objetivo de delimitar os direitos e deveres dos bolsistas, sendo este o instrumento que orientou o exercício das atividades dos estudantes e delimitou os critérios para inserção e continuidade no programa, entre outros aspectos pertinentes. Nesse processo de revisão, houve a diminuição da carga horária do Programa Bolsa Permanência, de 20 para 12 h semanais. Sem dúvida, esta redução foi fruto das reivindicações dos bolsistas e da luta do movimento estudantil na UFAL.

Já o relatório de gestão de 2012, expressa que a Pró-Reitoria Estudantil-PROEST vinha seguindo as orientações contidas no Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010 e que o Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES determinava que os gestores universitários trabalhassem “com uma visão integral da assistência ao estudante, garantido não só o acesso desse estudante às Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, como também, sua permanência sob condições dignas e favoráveis ao seu processo de formação profissional” (UFAL, 2013, p.86).

O supracitado documento acrescenta que “[...] paralelo ao processo de expansão e interiorização das IFES vivenciado nos últimos anos, que garantiu a abertura de novos cursos e a ampliação de vagas, as universidades multiplicaram as situações em que a permanência dos estudantes pressupõe uma atenção especial”, percebe-se que a Pró-reitoria Estudantil-PROEST da Universidade Federal de Alagoas visou atender as determinações do Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES garantindo aos discentes em situação de vulnerabilidade social condições mínimas de permanência, evitando as altas ‘taxas de retenção e evasão’ (UFAL, 2013, p. 86).

Ressalta-se que, em 2013, a UFAL fez adesão ao Programa Bolsa Permanência – PBP do MEC, o qual é cogerenciado pela PROEST, no sentido de homologar as inscrições dos estudantes inscritos, a partir dos critérios estabelecidos pelo Programa, bem como de autorizar mensalmente as bolsas, com o fim de pagamento pelo FNDE. Ressalta-se que neste mesmo ano, foram contemplados 28 (vinte e oito) estudantes com autorização feita pela PROEST (UFAL, 2013, p.86).

Feita a adesão ao Programa Bolsa Permanência – PBP/MEC, a bolsa ofertada pela PROEST, na qual também se chamava Bolsa Permanência, passou a ter a nomenclatura “Bolsa Pró-Graduando”, uma vez que ambas se destinam ao aluno em situação de

vulnerabilidade social, mas contempla os cursos com carga horária diferente. Tal mudança de nomenclatura, segundo Leite (2015), ocorreu em várias IFES brasileiras.

Assim, o Programa Bolsa Pró-Graduando - BPG é um dos programas implementados pela Gerência de Assistência Estudantil – GAE e visa atender estudantes em situação de risco de evasão e/ou em vulnerabilidade social, ampliando as suas condições de permanência durante sua formação acadêmica presencial. Segundo o relatório da UFAL do ano de 2013, alunos bolsistas recebiam um valor de R\$400,00, tendo que desempenhar atividades com carga horária de 12 horas semanais, prioritariamente em setores e área de sua formação acadêmica (UFAL, 2013).

Já o PBP-MEC destina-se a cursos que tem a carga horária total igual à 5.000 horas e a sua duração é 5 anos ou 10 semestres, a sua média diária é de 5 horas. Para este cálculo, são considerados 100 dias letivos por semestre, como preconiza o Art. 47 da Lei nº 9.394/1996. O programa ressalta que os estudantes indígenas e quilombolas, têm garantido, mediante comprovação, um valor diferenciado, superando pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes (R\$ 900,00), em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal de 1988. Somente neste caso, pode ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, sendo vedada apenas a acumulação com bolsas de cunho assistencial que, também, possuam como finalidade, o respaldo à permanência (UFAL, 2014).

Em suma, os referidos relatórios expressam o quantitativo de alunos assistidos pelo determinado programa o que fica muito aquém do quantitativo geral de estudantes em situação de vulnerabilidade social que demandam por algum tipo de assistência, gerando, na PROEST, o que os profissionais chamam de “demanda reprimida”. Destacamos a relevância da implementação do Programa Bolsa Pró-Graduando para os estudantes de baixa renda obterem a oportunidade de permanecerem no ensino superior nas universidades públicas brasileiras, e concluírem seus cursos, especificamente na UFAL.

No que tange à identificação da atual tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando na UFAL, recorreremos à Ata do dia 27 de abril de 2015, assinada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL, cuja pauta trata do “Painel Expositivo sobre Assistência Estudantil - Programas de Bolsas”. Verificamos que a Assistência Estudantil na UFAL passou, a partir deste ano, por significativas mudanças no que tange à

questão da contrapartida laboral dos estudantes bolsistas. O Conselheiro representante do DCE colocou que, sobre a nova fase de assistência estudantil, os estudantes tinham “várias críticas ao REUNI, devido à precarização que ocorreu com a sua expansão, estrutura e assistência estudantil”. O discente expõe três críticas centrais que os estudantes faziam ao REUNI com relação à Assistência Estudantil. Tal crítica girava em torno de três temas. “A universalidade das políticas de assistência estudantil, a insuficiência de recursos e ações, e a implantação de uma política assistencialista” (CONSUNI, 2015, p.2).

O Conselheiro supracitado defende,

[...] que as bolsas devem ser articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão, e não com os trabalhos administrativos como vem sendo feito. Esclarece, ainda, que se houver uma mudança nesse sentido, ou seja, acabar com a contrapartida existente, não haverá um impacto financeiro, só haverá um impacto político (2015, p.2).

Representando os movimentos estudantis, verifica-se que o DCE defendia que as atividades de permanência estivessem articuladas ao tripé ensino, pesquisa e extensão e dentro da área de atuação da graduação do bolsista, para que fosse abolida a substituição do bolsista pela mão-de-obra de um técnico administrativo.

Segundo a supracitada ata, o conselheiro destaca o art. 3º do PNAES, dizendo que,

[...] as políticas estudantis deverão ser implantadas de forma articulada com o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, na UFAL, os estudantes estão exercendo funções administrativas, diferente do que determina a legislação em vigor. Afirma que a discussão não é sobre a quantidade das bolsas, mas sim, sobre seu caráter (CONSUNI, 2015, p. 2).

A conselheira representante da Faculdade de Serviço Social (FSSO), eleita Reitora da UFAL para o período de 2016 a 2020 esclarece, segundo registro na ata, que a Faculdade de Serviço Social reuniu o seu Conselho (CONSEA) para tratar da questão dos bolsistas Pró-Graduando daquela Unidade Acadêmica e criou, em 2015, uma comissão para discutir o assunto. Essa comissão elaborou um documento que foi encaminhado à mesa do CONSUNI e anexado à Ata, propondo o afastamento dos atuais bolsistas das atividades administrativas daquela Unidade Acadêmica, para integrá-los aos respectivos grupos de extensão e pesquisa já existentes. Em suas palavras:

A assistência estudantil é direito do estudante e que o Programa Bolsa Pró-Graduando da PROEST incorre numa irregularidade ao permitir que o bolsista possa atuar em setores administrativos, sem que esta atividade esteja relacionada à sua área de formação, caracterizando-se como atividade laboral discente (CONSUNI, 2015, p.3).

Percebe-se, nos estudos de Leite (2015) que em algumas universidades públicas, há uma tendência pela extinção da contrapartida das bolsas ofertadas pelas mesmas. Á nível de Brasil, tal tendência resulta das reivindicações históricas do movimento estudantil universitário, através da SENCE, cuja luta era por uma Política Nacional de Bolsas que permitisse ao aluno desenvolver atividades de pesquisa e extensão não havendo, portanto, a exigência da contrapartida laboral.

Vale detalhar que a tendência, foi identificada por Leite (2015) nas 10 IFES que investigou no ano de 2014, indicando que, em 50% delas, as bolsas não mais exigiam a contrapartida. A autora elenca:

Programa de Incentivo ao Estudo - Pró-Estudo/UFAC (contrapartida de 20h), Bolsa Pró-Graduando/UFAL (12h), Programa Bolsa Acadêmica UFAM (12h), Auxílio Permanência/UFMT (sem contrapartida), Bolsa de Manutenção Acadêmica – UFPE (12h), Auxílio Permanência/UFPR (sem contrapartida), Bolsa PRAE/UFRGS (20hs), Bolsa de Acesso e permanência - UFRJ (sem contrapartida), Programa Auxílio Socioeconômico da UnB – PASEUnB (sem contrapartida), Programa de Auxílio para Estudantes – PAPE/UNIFESP (sem contrapartida). Das dez IFES pesquisadas, cinco exigem contrapartida de 12h a 20h, sob as condições previstas em edital publicado por cada universidade (2015, p.398).

Diante do exposto, destacamos um marco importante no âmbito da Bolsa Permanência ofertada pela UFAL. A Bolsa Pró-Graduando, até março de 2016, tinha como pré-requisito a contrapartida laboral de 12hs semanais, porém, foi determinada em 04 de abril do mesmo ano, por intermédio da circular 001/2016, a extinção da contrapartida laboral na UFAL. O referido memorando, assinada pela atual gestão da PROEST-UFAL, explicita que

A Pró-reitoria Estudantil – PROEST, no uso de suas atribuições legais e regimentais, define uma nova configuração das Bolsas Pró-Graduando, retirando, a partir desta data, a contrapartida de desenvolvimento do plano de atividades. Não será exigido o envio mensal da frequência de bolsista BPG ou PBG/PAINTER, entregue à PROEST ou ao Núcleo de Assistência ao Estudante – NAE. [...] Os/as bolsistas Pró-Graduando que já se encontram inseridos em projetos de pesquisa, extensão, monitoria ou outros de natureza acadêmica, poderão permanecer desenvolvendo suas atividades, desde que seja em comum acordo entre o/a bolsista e o/a orientador/a do projeto. Reforçamos que essa participação será facultativa. Os projetos de natureza acadêmica deverão ser institucionalizados conforme as normativas

específicas das Pró-reitorias de Graduação, Pesquisa e Extensão (PROEST 2016, pp. 2-3).

Vale lembrar que a Bolsa estudo-trabalho, que exigia a contrapartida, foi institucionalizada pelo Plano Nacional de Educação no ano de 2001 a pedido do FONAPRACE, vigorando durante toda a gestão de FHC e no governo Lula, porém, gradativamente, vem ocorrendo em algumas IFES o fim da contrapartida, como identifica Leite (2015).

Percebemos nesse estudo, a tendência do fim da contrapartida laboral nas IFES brasileiras que se materializou na Universidade Federal de Alagoas em 2016. Vale enfatizar que em 2015, no final de gestão do professor Eurico Lobo, ocorreram frequentes atrasos dos pagamentos das bolsas permanência afetando diretamente os bolsistas vinculados ao Programa Bolsa Pró-Graduando- BPG. Em decorrência, ocorreu a formação do “comando dos bolsistas”, que reuniu alunos de vários cursos da UFAL, que protestavam contra o atraso no pagamento das bolsas. Tal movimento teve o total apoio do movimento Estudantil da UFAL.

Outro fato importante é que no início de 2015, antes de ser deflagrada a greve nacional dos professores das IFES brasileiras, a Faculdade de Serviço Social, de forma pioneira, tomou a iniciativa de extinguir a contrapartida laboral na unidade acadêmica, realocando seus bolsistas para os grupos de pesquisa e extensão existentes na faculdade.

Finalmente, a extinção total da contrapartida laboral dos bolsistas, vinculados ao Programa Bolsa Pró-Graduando, ocorreu na UFAL em 27 de abril de 2016, significando uma grande conquista do Movimento Estudantil Universitário, pois percebemos que o fim da contrapartida laboral na UFAL decorreu da luta histórica do Movimento Estudantil Universitário, pois era uma das bandeiras de luta da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes- SENCE. Percebe-se que tal demanda foi absorvida pela nova gestão da UFAL, eleita no final de 2015, composta por servidores que têm um histórico de militância política e articulação/diálogo com o Movimento Estudantil Universitário,

No entanto, é importante ressaltar que os recursos do PNAES não estão dirigidos à Bolsa de Permanência, e sim, destinam-se às ações assistenciais nas dez áreas especificadas no Decreto 7.234 de julho de 2010. Percebe-se que o fenômeno da bolsificação (este fenômeno aconteceu, segundo Leite (2015) em função da necessidade específica de cada instituição em responder suas demandas, que na Universidade Federal de Alagoas-UFAL se deu por escassez de funcionários efetivos) constituiu-se, historicamente e expandiu-se após a

liberação de recursos por parte do governo federal, através da Portaria 39 do MEC, em 2007, que instituiu o PNAES. Chama a atenção o fato de que o PNAES ressalta em seu art. 3º, que o mesmo deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

Portanto, entendemos a necessidade de que sejam desenvolvidos novos estudos na UFAL com a finalidade de avaliar o impacto da extinção da contrapartida laboral na Universidade Federal de Alagoas-UFAL, que se deu através da circular 001/2016, sendo analisado se os bolsistas Pró-Graduando permaneceram ou não nas atividades ligadas à pesquisa e extensão, pois estas são muito importantes para a formação unilateral do aluno de graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a Assistência Estudantil nas IFES obteve grandes conquistas mediante a luta do movimento estudantil universitário e do FONAPRACE, pela consolidação do PNAES. Este viabilizou recursos para assistir aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, cujo fim é ampliar as condições de permanência para que os mesmos possam permanecer na universidade e concluírem seus cursos.

O estudo buscou demonstrar o contexto econômico e ideopolítico neoliberal, no qual se formatou a Política de Assistência ao estudante universitário nas IFES brasileiras. Inicialmente foi feita uma abordagem histórica acerca da crise estrutural do capital, que afetou todos os países nos anos 1970, onde foram adotados métodos para substituir o modelo de produção Fordista/Taylorista com o fim de alavancar a economia mundial e superar sua retração, através da redução dos custos, no acirramento da exploração mediante a relação capital/trabalho, no aumento da produção e na garantia de lucros ao capital. Para isso, foram adotadas as ideias neoliberais de Hayek e Fridman.

Sobre o neoliberalismo, tratou-se do Consenso de Washington que formulou um conjunto de medidas no campo da macroeconomia que continha dez condicionalidades. Tais medidas foram formuladas por economistas de instituições financeiras (FMI e BM) para promover o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos que solicitaram empréstimos. Tais medidas foram vistas por muitos países como uma solução modernizadora para buscar um equilíbrio na estrutura econômica e política dos países da América latina, incluindo o Brasil.

Demonstrou-se neste estudo que, no Brasil, essas propostas tiveram início no governo Collor, com as privatizações de algumas estatais e o plano real. O pacto liberal-dependente manteve-se na era FHC com corte de verbas públicas na área social, com privatizações, com altas taxas de juros e no contingenciamento das verbas para garantir o pagamento da dívida externa e interna. Desta forma, no período FHC, os gastos destinados às políticas sociais foram contidos, acarretando o sucateamento da educação em todos os níveis de ensino.

O presente estudo tratou sobre o revisionismo do receituário neoliberal denominado Pós-Consenso de Washington, que, por sua vez, deu ênfase as “reformas de segunda geração”, e que, no Brasil, foram adotadas no final do século XX e início do XXI.

Sobre o neoliberalismo na educação, foi destacado o documento- *La enseñanza Superior- las lecciones derivadas de la experiencia*, elaborada pelo Banco Mundial que

propôs, como uma das linhas prioritárias da reforma do ensino superior, a diferenciação institucional e a diversificação das fontes de recursos para a educação superior. Tais reformas reforçaram a privatização, permitindo a inserção de novas modalidades de ensino superior. Para o banco Mundial, essa diversidade de modalidade permitiria uma "igualdade de oportunidades" de acesso ao ensino superior aos estudantes provenientes de família de baixa renda.

O presente estudo ainda revelou que o Neodesenvolvimentismo foi uma estratégia de hegemonia do empresariado industrial brasileiro, que buscou reconstituí-lo enquanto burguesia nacional e, para isso, lançou na sociedade seus valores nacionalistas e suas propostas desenvolvimentistas em busca de um consenso para dominar a estrutura estatal e utilizá-la como instrumento de dominação.

Foi na primeira gestão de Lula que se acirrou a luta dos movimentos estudantis contra as medidas de reforma "por dentro" do ensino superior, promovido pelo governo federal, através de várias medidas contra reformistas, como exemplo temos o PROUNI.

No segundo mandato a luta centrou-se, de forma contundente, na forte resistência ao Reuni e ,no campo da assistência ao estudante, na defesa da instituição do Programa nacional de Assistência Estudantil- PNAES.

Na segunda seção do trabalho, o estudo demonstrou a principal tendência do Programa de bolsa estudantil de permanência na Universidade Federal de Alagoas: o Programa bolsa Pró-Graduando. Inicialmente resgatou-se a trajetória histórica da política de assistência estudantil nas IFES brasileiras, bem como a luta dos sujeitos coletivos (UNE, SENCE e FONAPRACE) em prol da assistência estudantil, sendo destacado que tal política consiste em responder as demandas dos estudantes para proporcionar a permanência dos mesmos nas universidades.

Foi ressaltado que o movimento estudantil insistentemente lutou contra a política neoliberal adotada no governo FHC e nas duas gestões do Governo Lula, fazendo reivindicações pela democratização do acesso ao ensino superior e pela democratização da permanência, exigindo um aumento progressivo de investimentos na Educação.

No que se refere à democratização da permanência, a análise centrou-se na instituição do PNAES, que ocorreu em 2007, através da Portaria Normativa do MEC nº 39 de julho de 2007 e que foi sancionada pelo ministro Fernando Haddad, como decreto Lei nº 7.234, em julho de 2010, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A análise também se centrou no PNAES, situando que este visa atender as dez áreas estratégicas, a saber: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital;

cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; bem como foi dada visibilidade ao fato de que este se materializou nas IFES brasileiras.

Ressaltou-se que a efetivação e institucionalização do PNAES deram-se devido à luta do movimento estudantil universitário, juntamente com o FONAPRACE, que reivindicaram uma política de assistência ao estudante universitário que garantisse condições de permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade social nas IFES brasileiras. Com a institucionalização do PNAES, as ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando-se suas especificidades, áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades junto ao seu corpo discente, atendendo a realidade de cada Instituição frente à demanda estudantil.

O presente estudo também demonstrou que, no contexto da Universidade Federal de Alagoas, a operacionalização da assistência ao estudante compete à Pró-reitoria Estudantil, que a executa mediante quatro linhas prioritárias de ação: Ação e Permanência; Apoio ao Desempenho Acadêmico; Promoção da Cultura; do Lazer e do Esporte; e Assuntos de Interesse da Juventude. Destas linhas, resultam programas de assistência à saúde, à moradia, à alimentação, bolsa-permanência, programas de apoio à vida acadêmica nas dimensões social, política, esportiva e de formação técnica.

Objetivando situar qual a atual tendência do Programa Bolsa Pró-graduando na UFAL, o estudo demonstrou que a BPG – Bolsa Pró-Graduando - chamada anteriormente Bolsa Estudo-Trabalho (2003 a 2008), exigia uma contrapartida laboral de 20 horas passando, em 2009, a chamar-se Bolsa Permanência. Em 2012 ocorreu a redução da carga horária de 20 para 12 horas semanais, ocorrendo em 2013 a mudança de nomenclatura devido à institucionalização da Bolsa Permanência pelo MEC. O programa atende seletivamente aos discentes de baixa renda, através de editais publicados pela referida Pró-Reitoria Estudantil. O objetivo da concessão das bolsas consiste em proporcionar ao estudante em situação de vulnerabilidade social, o atendimento de suas necessidades básicas de manutenção, bem como ampliar as condições para a permanência e êxito acadêmico.

Recorrendo aos dados secundários, resultante de uma pesquisa realizada junto aos bolsistas da UFAL, em 2009, percebeu-se que a bolsa ofertada, contemplava os estudantes de famílias de baixa renda, porém comprometia o seu rendimento acadêmico devido à carga horária de 20 horas semanais com contrapartida laboral impossibilitando-os, na maioria das vezes, de participar de atividades extracurriculares que contribuíssem para seu bom desenvolvimento acadêmico. A pesquisa ainda revelou a importância da bolsa para a

permanência dos mesmos, uma vez que se tornava um incentivo para a não desistência do curso, pois concedia uma ajuda financeira para custear suas despesas na universidade. No entanto, a contrapartida em forma de prestação de serviços, tomava quase todo o tempo de estudo do bolsista, incidindo negativamente no seu rendimento acadêmico.

Para fundamentar ainda mais a análise, o estudo recorreu aos relatórios de gestão da UFAL referente ao período de 2003 a 2015, dando visibilidade ao número de alunos assistidos pela Bolsa Pró-Graduando na UFAL. Recorreu-se também, à Ata da Reunião realizada pelo CONSUNI, em abril de 2015, onde, nesta, discutiu-se questões referentes à assistência estudantil, cujo teor centrava-se na crítica à contrapartida laboral, uma vez que em algumas Universidades a mesma já vinha sendo extinta.

Ao estudarmos a tendência do Programa Bolsa Pró-Graduando na UFAL, percebemos que o fim da contrapartida vem ocorrendo em algumas IFES brasileiras e que a contrapartida laboral foi totalmente extinta na Universidade Federal de Alagoas. Percebemos que isso decorreu da luta histórica do Movimento Estudantil Universitário, especialmente da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE, cuja demanda foi absorvida pela atual gestão que foi eleita no final de 2015 e que, por sua vez, é composta por servidores que, em sua maioria, tem um histórico de militância política e articulação/ diálogo com o movimento Estudantil Universitário.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jaqueline Calavari Sales de. *Avaliação da Implementação do PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e Resultados para graduandos com Fragilidade Socioeconômica*. Dissertação de mestrado. UFPR, 2013.

ANDERSON, P, Balanço do neoliberalismo: SADER, Emir Gentili, p (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 1995.

ARAÚJO, Fabrícia Silva de e BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. *Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira*. III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>>. Acesso em: 12/09/2016.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. *O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana*. Dissertação de mestrado. UFPE, 2003.

BISPO, Cyntia de Souza, Rosimeire Aprígio dos Santos. *Avanços e Limites do Programa Bolsa estudo/Trabalho*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Faculdade de Serviço social- Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL, Consultoria legislativa, Anexo III. *Aspectos da Assistência estudantil nas Universidades Brasileiras*. Brasília, 2011.

BRASIL, *Plano nacional de educação*, Brasília: Senado Federal. UNESCO, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em 11/09/2016

CRISE DE 1929. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/crise-de-1929/>> Acesso em: 03/02/2017

FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendências globales y experiências nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. *A política de assistência estudantil e o programa nacional de assistência estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá*. Dissertação de

Mestrado. UNIFEI, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12112012-143546/pt-br.php>>. Acesso em: 10/09/2016

GONÇALVES, Reinaldo. *Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado*. Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 112, out./ dez. 2012. Editora Cortez.

HARVEY, David. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4*, Tradução, ago. 2007.

HARVEY, David. *Neoliberalismo como Destruição Criativa*. ©INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Tradução, ago. 2008. Disponível em: [www.interfacehs.sp.senac.br](http://www.interfacehs.sp.senac.br). Acesso em: 17/05/16

IX COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTAO UNIVERSITÁRIA NA AMERICA DO SUL. *A permanência na Educação Superior no Brasil: Uma Análise nas Políticas de Assistência Estudantil*. Brasil, 2009.

LEITE, Josimeire de Omena. *As Múltiplas Determinações do Programa Nacional de assistência Estudantil- PENAS nos Governos Lula da Silva*. Tese de Doutorado, UFPE, 2015.

LIMA, Kátia Regina de Souza. *Contrarreforma na Educação Superior: de FHC a LULA*- São Paulo: Xamã, 2007

MARIANI, João Edjo. *A Trajetória de Implantação do Neoliberalismo*. Revista Urutágua - Revista Multidisciplinar. Nº13, ago./ set./ out./ nov.2007. Disponível em: <http://www.urutagua.unm.br/013/13mariani.htm>. Acesso em: 16/05/16

MEDEIROS, Milena Gomes de. Bezerra, Angélica Luiza Silva. *A Crise do Capital: reiteraões e inflexões para a classe trabalhadora e o Serviço Social*, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

NASCIMENTO, Clara Martins do. *Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos Anos 2000*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2013.

NEVES, L. M. W; FERNANDES, R. R. *Política Neoliberal e Educação superior. (O Empresariamento da educação: Novos Contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 1990; prefacio de Roberto Leher*- São Paulo: xamã, 2002.

PANIAGO, Cristina. *Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado*. Comunicação científica apresentada no XI ENPESS, em São Luís, 2008.

PFEIFER, Mariana. Bresser-Pereira e o Pacto Neodesenvolvimentista. In: *Revista Temporalis*. Brasília (DF), n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013.

PLANO REAL. Disponível em: <[HTTP://http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/plano\\_real.htm](http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/plano_real.htm)> Acesso em: 03/02/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2003. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

.UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2004. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2005. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2006. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2007. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2008. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2009. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2010. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2011. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2012. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2013. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2014. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatório de Gestão*. Ano: 2015. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 12/07/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Ata do CONSUNI, realizada em 27 de Abril de 2015*. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/institucional/conselhos-superiores/consuni/ata/2015/ata-da-reuniao-extraordinaria-do-conselho-universitario-da-ufal-consuni-ocorrida-no-dia-27-de-abril-de-2015>>. Acesso em: 12/07/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatórios de Estágios*. Gerência de Assistência Estudantil –GAE/PROEST, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Relatórios de Estágios*. Gerência de Assistência Estudantil – GAE/PROEST, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Circular 001/2016 – PROEST*. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 15/10/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Cartilha do Bolsista – PROEST. Disponível em:<<http://www.ufal.edu.br>>. Acesso em: 15/10/2016.

## **ANEXOS**

## CRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

*Parágrafo único.* As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

*Parágrafo único.* Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

- I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Fernando Haddad



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO – DRCA

MEMORANDO CIRCULAR Nº 001/2016 – DRCA

Maceió, 06 de Abril de 2016.

Aos Senhores(as) Coordenadores(as) dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas

Assunto: **Prazo final para alunos com pendências relativas à defesa pública do TCC.**

Senhores(as) Coordenadores(as) de Curso,

Considerando que a Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, que institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006, em seu art. 18, IV aduz:

Art 18 - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL, assumindo a seguinte conformação:

IV - Caso o aluno não consiga entregar o TCC até o final do semestre letivo em que cumprir todas as outras exigências da matriz curricular, deverá realizar matrícula-vínculo no início de cada semestre letivo subsequente, até a entrega do TCC ou quando atingir o prazo máximo para a integralização do seu curso, quando então o mesmo será desligado.

Considerando que a supramencionada Resolução, nos termos de seu art. 25, I, corrobora:

Art.25 - Terá o seu registro de matrícula cancelado e conseqüentemente será desligado da Universidade Federal de Alagoas, não sendo permitida a sua rematrícula, o aluno que:

I- Ultrapassar o tempo máximo de integralização do curso, incluindo os

períodos de trancamento e bloqueio de matrícula;

Considerando os alunos com pendências relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no semestre letivo 2015.2, inclusive aqueles que estão bloqueados no SIEWEB neste semestre letivo.

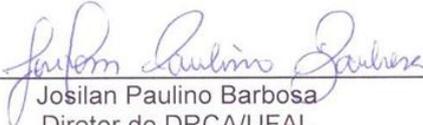
Vimos por meio deste, comunicar às diversas unidades da UFAL e respectivos responsáveis que o último prazo para defesa pública dos alunos que se encontram nas situações descritas será o dia 31 de julho de 2016, conforme entendimento deste Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), com a anuência e deliberação no Fórum dos Colegiados. Para tanto, solicitamos ampla divulgação junto aos estudantes e demais interessados na matéria.

Destaca-se, ainda, que os casos excepcionais deverão ser analisados por cada Colegiado de Curso, juntamente com este Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA).

Vale ressaltar a importância no tocante comprometimento e parceria entre as coordenações dos cursos de graduação e este departamento a fim de sanarmos estas pendências com intuito de fazer valer o investimento prestado aos discentes durante os anos de estudos.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,



---

Josilan Paulino Barbosa  
Diretor do DRCA/UFAL

**Josilan Paulino Barbosa**  
Diretor Geral do DRCA  
SIAPE: 1466460